



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
FACULDADE DE LETRAS (FALE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA (PPGLL)

Mary Hellen Batista dos Santos Severiano

A NATUREZA DO ITEM **SEU** E SUAS VARIAÇÕES EM SINTAGMAS COM
FUNÇÃO DE VOCATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Maceió - AL
2024

Mary Hellen Batista dos Santos Severiano

A NATUREZA DO ITEM **SEU** E SUAS VARIAÇÕES EM SINTAGMAS COM
FUNÇÃO DE VOCATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins

Maceió -AL

2024

**Catálogo na fonte Universidade Federal
de Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos - CRB-4 - 2062

S498n Severiano, Mary Hellen Batista dos Santos.

A natureza do item *seu* e suas variações em sintagmas
com função de vocativo no português brasileiro / Mary
Hellen Batista dos Santos Severiano. -2024.

92 f.

Orientador: Adeilson Pinheiro Sedrins.

Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade
Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em
Linguística e Literatura. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 89-92.

1. Vocativo. 2. Português brasileiro. 3. Pronome
possessivo. 4. Teoriagerativa. I. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FÉDERAL DE
ALAGOAS FACULDADE DE LÉTRAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E
LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO
MARY HELLEN BATISTA DOS SANTOS SEVERIANO

Título do trabalho: *“A natureza da forma seu em sintagmas com função de vocativo no português brasileiro”*

TESE aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTORA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Documento assinado digitalmente
 **ADEILSON PINHEIRO SEDRINS**
Data: 07/08/2024 10:14:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adelson Pinheiro Sadrins (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL BEZERRA DE LIMA**
Data: 07/08/2024 16:13:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Bezerra de Lima (UFAPE)

Documento assinado digitalmente
 **DOROTHY BEZERRA SILVA DE BRITO**
Data: 10/08/2024 10:25:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Dorothy Bezerra Silva de Brito (UFRPE)

Documento assinado digitalmente
 **ALDIR SANTOS DE PAULA**
Data: 12/08/2024 21:59:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Aldir Santos de Paula (PPGLL/Ufal)

Documento assinado digitalmente
 **JAIR BARBOSA DA SILVA**
Data: 14/08/2024 21:09:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jair Barbosa da Silva (PPGLL/Ufal)

Maceió, 29 de maio de 2024

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Júlio Severiano e Lis Severiano, que são a minha motivação para buscar ser sempre a minha melhor versão.

AGRADECIMENTOS

O esforço de construir um trabalho durante uma pandemia faz com que estes agradecimentos sejam ainda mais necessários e especiais, principalmente, por atravessar o caos que foi estudar durante um tempo de escassez de recursos, de estrutura e de saúde física e mental. Isso faz o agradecimento a Deus pela conclusão desta etapa ser ainda mais especial, pois Nele encontramos abrigo para continuarmos.

Além do abrigo da espiritualidade, o aconchego familiar faz deste trabalho um fruto coletivo de perseverança, paciência, cumplicidade, compreensão e companheirismo e nesse ponto eu agradeço ao meu marido, Rodrigo Severiano, por ser meu grande incentivador e aos meus filhos, Júlio e Lis, por entenderem os momentos nos quais a mamãe não estava integralmente presente. Nesse contexto, também não poderia deixar de agradecer a minha mãe pelo suporte, por ser meus braços e meus olhos no cotidiano, para que eu estivesse no computador tantas vezes.

Agradeço a minha família para além dos laços sanguíneos: os Letrados, que caminharam comigo em todas as etapas da minha vida acadêmica. Chorando e sorrindo na emoção de cada conquista, dividindo a dor, os momentos de angústia e torcendo a cada tentativa. Cada um deles esteve presente neste trabalho de alguma forma, seja na madrugada de elaboração do projeto, na torcida pela aprovação, no frio da barriga da qualificação e na ansiedade da defesa. Obrigada, seus lindos! Vocês tornaram meu caminho mais leve.

Por fim, e longe de ser menos importante, agradeço ao meu orientador, que é sem dúvida uma das pessoas que eu mais admiro. Um ser de uma leveza de alma que ecoa no trabalho que ele faz. É uma honra ter a companhia dele também em tantos momentos. Desde a graduação até o momento deste trabalho minha admiração, respeito e amizade só crescem. Obrigada, Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins, por realizar comigo um sonho.

Sou a prova que, no mundo, a educação é uma ferramenta de transformação pessoal e social, que a educação pública e de qualidade, refletida no trabalho que fazemos no cotidiano, pode transformar a sociedade. E que nossos limites, embora sejam dolorosos, podem ser superados.

RESUMO

Este estudo de doutorado visa descrever a natureza e as variantes da forma nos sintagmas vocativos do Português Brasileiro (PB), com a suposição de que o objeto em análise não pode ser concebido como um pronome possessivo ou uma redução do pronome de tratamento "senhor". Para alcançar esse objetivo, utilizamos o referencial teórico da Teoria Gerativa, especificamente em seu modelo minimalista. Ao revisar a literatura, consideramos estudos relevantes, incluindo aqueles conduzidos por Cerqueira (1996), Müller (1997), Castro (2006), Adger (2002) e Carvalho (2002), que abordam a natureza da forma pronominal possessiva para distingui-la de nosso objeto de pesquisa. Inicialmente, descrevemos o contexto sintático no qual o item é realizado para compreender as relações sintático- semânticas envolvidas. Em seguida, por meio de uma abordagem empírica e utilizando dados de introspecção, buscamos identificar as características distintivas do item em questão em relação ao pronome possessivo. Concluímos que, conforme analisado no contexto sintático, o item não apresenta características que o diferenciem do pronome possessivo.

Palavras-chave: vocativo; formas pronominais possessivas; português brasileiro; traços gramaticais.

ABSTRACT

This doctoral study aims to describe the nature and variants of form in vocative phrases in Brazilian Portuguese (BP), with the assumption that the object being analysed cannot be conceived as a possessive pronoun or a reduction of the pronoun of address "senhor". To achieve this goal, we used the theoretical framework of Generative Theory, specifically its minimalist model. When reviewing the literature, we considered relevant studies, including those conducted by Cerqueira (1996), Müller (1997), Castro (2006), Adger (2002) and Carvalho (2002), which address the nature of the possessive pronominal form in order to distinguish it from our research object. Initially, we describe the syntactic context in which the item is realised in order to understand the syntactic-semantic relations involved. Then, through an empirical approach and using introspection data, we sought to identify the distinctive characteristics of the item in question in relation to the possessive pronoun. We concluded that, as analysed in the syntactic context, the item has no characteristics that distinguish it from the possessive pronoun.

Keywords: vocative; possessive pronoun forms; Brazilian Portuguese; grammatical features.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DESCRIÇÃO DO FENÔMENO	12
Introdução	12
1.1 O pronome possessivo vs forma seu: considerações para descrição do fenômeno	14
1.2 O pronome possessivo segundo as perspectivas das gramáticas	18
1.3 O contexto de vocativo e o uso dos pronomes possessivos	23
1.4 Gramaticalidade e agramaticalidade nas sentenças do Português	25
1.5 O processo de gramaticalização dos pronomes no Português	28
2 SINTAGMA VOCATIVO	31
Introdução	31
2.1 As construções com vocativo	31
2.1.1 Tipos de vocativo	33
2.1.2 A ordem sintática das construções com vocativo	39
2.1.3 As partículas vocativas	41
3 QUADRO TEÓRICO	46
Introdução	46
3.1 A Teoria Gerativa: o modelo minimalista	46
3.2 Traços e Caso	48
3.3 Os possessivos: revisão de literatura	54
3.3.1 Os pronomes possessivos segundo Müller (1997)	54
3.3.2 Sobre as noções de referência	55
3.3.3 Os pronomes possessivos segundo Castro (2006)	58
3.3.3.1 Parâmetro de possessivização	58
3.3.4 Os pronomes possessivos segundo Cerqueira (1996)	60
3.3.5 Uma hipótese para o DP no Português	62
4 COMPORTAMENTO MORFOSSITÁTICO DO ITEM SEU E SUAS VARIANTES	65
Introdução	65
4.1 As categorias gramaticais que podem acompanhar o item seu em um sintagma vocativo.	65
4.1.1. Elementos posicionados à esquerda	65
4.1.2 Elementos posicionados à direita	67
4.2 A possibilidade de inversão da posição sintática da forma seu dentro do sintagma vocativo	70
4.2.1 A ordem da forma <i>seu</i> dentro dos sintagmas vocativos simples	70
4.3 Possibilidades de interpretação da forma seu	71
CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

Em décadas de estudos linguísticos, muitas pesquisas se ocupam em descrever diferentes elementos constitutivos das línguas em geral, dentre estes elementos os pronomes correspondem a um vasto campo de pesquisa as quais buscam interpretar, sistematizar e compreender quais são as idiossincrasias que compõem o paradigma pronominal.

No que diz respeito ao Português Brasileiro (PB), estudos que abordam a posição e a interpretação dos pronomes na cadeia da fala não são novidades. Contudo, ainda representam um campo vasto no qual podemos observar, cotidianamente, fenômenos que podem ser estudados nos mais diferentes campos da linguística.

Esta tese parte da observação de um item linguístico, tradicionalmente classificado como pronome possessivo, que parece ter outros usos/significados a ele atribuído, considerando-se o contexto sintático no qual ele está inserido. Trataremos, portanto, da forma **seu** em contexto sintático de vocativo.

Nossa pesquisa tem como pressuposto o fato de que a leitura de posse não pode ser atribuída ao nosso objeto de análise, quando este se encontra em contexto vocativo. Sendo assim, partimos da hipótese que o item não pode ser considerado um pronome possessivo neste cenário específico. Consideraremos, portanto, que este elemento se difere do pronome possessivo *seu*.

Para sistematizar nossa pesquisa e tornar mais clara a distinção entre a forma pronominal possessiva *seu* e nosso objeto de análise, utilizaremos a formatação **seu** (negrito e itálico) quando nos referirmos a forma/item objeto da nossa pesquisa, e a formatação *seu* (itálico) para representar o pronome possessivo.

Isto posto, é importante destacar que ao questionar a natureza do item **seu**, outras questões despontam sobre a nossa hipótese, tais como: seria a forma **seu** um homônimo do pronome possessivo? Seria a forma **seu** consequência do processo de gramaticalização do pronome de tratamento *senhor*? Sobre esses impasses, buscaremos apresentar algumas considerações neste trabalho.

Cabe, contudo, pontuarmos aqui que nosso principal objetivo é compreender a natureza da forma **seu** quando inserida em contexto de vocativo, e que as

questões apresentadas anteriormente correspondem aos desdobramentos que são referentes à nossa hipótese e ao nosso objetivo principal.

Na busca por responder às nossas indagações, percorremos uma trajetória que nos leva a algumas respostas, mas também a novos questionamentos. Como arcabouço teórico, nosso trabalho se insere na agenda de pesquisas gerativistas, uma vez que abordaremos nosso objeto sob a perspectiva do modelo de Programa Minimalista, doravante PM, (Chomsky, 1995, 2000 e 2001).

Trabalharemos, portanto, com o que preconiza a Teoria Gerativa no que se refere a sermos dotados de uma Faculdade da Linguagem (FL) a qual nos permite gerar inúmeras estruturas linguísticas, numa língua particular, após termos acesso ao *input*, durante o período de aquisição da linguagem, e que, embora seja limitado o número de informações linguísticas que temos da nossa língua, somos capazes de formar um número ilimitado de sentenças.

É sobre esses arranjos sintáticos que acreditamos estar inserido nosso objeto, considerando que ele, assim como muitos outros, faz parte de uma estrutura sintática que se organiza e reorganiza de modo a licenciar apenas alguns elementos para ocupar aquela dada posição sintática. Nos ocuparemos, portanto, de compreender como nosso objeto se insere nesse dado contexto sintático e como ele pode ser compreendido quando inserido nele.

Dito isto, nossa tese está organizada para que possamos compreender o fenômeno sobre o qual nos ocupamos em estudar. E para fazê-lo é oportuno traçar um caminho que contemple algumas noções as quais se relacionam com o fenômeno, bem como compreender como o contexto sintático pode interferir na interpretação (ou não) de posse.

Assim sendo, nosso primeiro capítulo tem por finalidade a contextualização do fenômeno, de modo que busquemos diferenciar o pronome possessivo do nosso objeto de pesquisa, considerando os contextos sintáticos nos quais eles estão inseridos. Nessa perspectiva, é importante a compreensão do que consideramos de fato um pronome possessivo e em que contexto a leitura de posse, ou mesmo de pronome de tratamento, não aparece como uma possibilidade.

Ainda neste capítulo, pontuaremos sobre as noções de gramaticalidade e agramaticalidade, as quais são importantes na medida que trabalhamos com dados de introspecção, ou seja, consideramos nosso conhecimento tácito sobre a língua para que possamos julgar quais sentenças estão bem formadas ou não. Sendo

assim, a noção do que pode ser considerado gramatical ou não perpassa toda nossa pesquisa.

O capítulo aborda, ainda, o conceito de gramaticalização, posto que este fenômeno é uma possibilidade inerente a alguns pronomes, a exemplo da forma *a gente* e do pronome *você*. Logo, acreditamos serem relevantes algumas considerações que poderão fundamentar nossa análise bem como as nossas conclusões.

O segundo capítulo desta tese apresentará o contexto sintático no qual o nosso fenômeno se insere. Considerando que a interpretação de posse é inviável nesse contexto, a análise dele nos permitirá uma compreensão maior sobre as possibilidades de construções sintáticas dentro desse contexto, principalmente, em relação a que pronomes ou itens são licenciados ou não dentro dele.

Com esse propósito apresentaremos as estruturas vocativas, considerando a ordem sintática nas quais os vocativos podem ser inseridos, incluindo neste âmbito as expressões epítetos, uma vez que a forma **seu** também aparece nesse contexto. Por fim, falaremos de algumas partículas vocativas, haja vista a possibilidade de correspondência entre elas e nosso objeto de pesquisa.

O terceiro capítulo desta tese apresentará o quadro teórico no qual se insere nossa pesquisa, iniciando pelo panorama do modelo minimalista. Posteriormente, faremos uma revisão de literatura sobre o estudo dos possessivos no PB, a exemplo dos realizados por Müller (1997), Castro (2006), Cerqueira (1996), Adger (2002) entre outros. Nosso objetivo para esta seção é traçar um panorama sobre o que pode ser considerado como um pronome possessivo, a fim de perceber quais características não correspondem ao nosso objeto.

O quarto capítulo apresentará algumas observações sobre o comportamento morfossintático da forma **seu** no contexto de vocativo. Neste ponto do trabalho, trabalharemos as possibilidades de preenchimento da posição ocupada pelo nosso objeto, verificaremos quais itens podem acompanhar nosso objeto no referido contexto e checaremos quais as implicações semânticas são decorrentes da modificação da estrutura sintática que contempla o uso da forma **seu**.

Nosso intuito para esta seção é descrever e analisar quais são as particularidades que fazem, ou não, nosso objeto de pesquisa se diferenciar do pronome possessivo. Buscaremos, assim, relacionar os conceitos apresentados nos

capítulos anteriores aos nossos dados, com a finalidade de verificar a viabilidade da nossa hipótese.

Organizamos esta seção iniciando pela observação de quais categorias coocorrem com a forma **seu**, observando tanto os elementos posicionados à esquerda quanto aqueles que se localizam à direita do item. Em seguida, passaremos para a investigação da posição que nosso objeto poderá ocupar dentro da sentença, considerando dois cenários: um composto por vocativos simples e outro composto por expressões epítetos.

Ainda nesta seção, discorreremos sobre a possibilidade de interpretação do nosso objeto como consequência de gramaticalização do pronome de tratamentos *senhor*, pontuando as impossibilidades de compreender nosso objeto sobre essa perspectiva.

Por fim, apresentaremos nossas considerações sobre a natureza da forma **seu**, considerando a descrição e análise feita ao longo do trabalho. Além disso, sustentaremos a nossa hipótese de que a forma não pode ser compreendida como um pronome possessivo no referido contexto sintático.

1 DESCRIÇÃO DO FENÔMENO

Introdução

O caráter heterogêneo da linguagem tem fomentado um grande número de pesquisas sobre suas estruturas sintáticas e usos de alguns elementos que, durante muito tempo, foram ora classificados e caracterizados de modo estanque, ora desconsiderados por serem, possivelmente, julgados como de menor relevância. Contudo, é importante destacar que cada observação feita sobre os elementos constitutivos da língua, permite-nos uma visão mais ampla, bem como uma descrição mais precisa sobre ela.

Nesse cenário, propomos para a presente seção do nosso trabalho, uma descrição do fenômeno, objeto da nossa tese. Desse modo, apresentaremos, inicialmente, algumas considerações que diferenciam, contextualmente, o pronome possessivo do nosso objeto de análise. Em seguida, trabalharemos as noções de gramaticalidade e agramaticalidade, as quais são imprescindíveis para o tratamento dos dados. Por fim, discutiremos sobre o conceito de gramaticalização, haja vista que este é um fenômeno comum a alguns pronomes no PB.

1.1. O pronome possessivo vs forma *seu*: considerações para descrição do fenômeno

No âmbito dos estudos sobre os pronomes possessivos, o paradigma pronominal do PB parece ainda um terreno que fomenta muitas pesquisas sobre os mais diferentes vieses de estudos linguísticos. Esses estudos têm diferentes propósitos e culminam em um inventário sobre como os pronomes são utilizados e compreendidos pelos falantes do PB ao longo dos anos. Logo, na busca por contribuir para a complementação deste quadro, nossa pesquisa propõe uma descrição e análise do uso da forma **seu** e suas variantes em um contexto específico: o contexto de vocativo. Nossa investigação parte do pressuposto que, em nosso cotidiano, o uso da forma **seu** é, quase sempre, compreendido como possessivo, visto que em sentenças declarativas, nos mais diversos contextos comunicativos, é comum observarmos a relação de posse na qual o pronome em questão é protagonista, delimitando a relação entre o possuidor e a coisa possuída como vemos no exemplo que segue:

- (1) a. Essa é a *sua* bolsa.
b. Esse carro é *seu*.

Observa-se, sem dúvidas referentes à interpretação, o uso do pronome estabelecendo o vínculo de posse, assim como aparece prescrito na gramática tradicional. Vale destacar que a proposta para o presente capítulo é a apresentação do fenômeno de modo que possamos checar as possibilidades de usos da forma **seu** nos mais diferentes contextos, e relacionar a presença desta forma à interpretação de posse, bem como a forma reduzida do pronome de tratamento *senhor*.

Desse modo, ainda no que tange às possibilidades de uso da forma **seu**, é corriqueiro interpretá-lo, para além da noção de posse, como uma forma reduzida do pronome de tratamento *senhor* conforme se observa nos exemplos que seguem.

- (2) a. Gostaria de falar com o *seu* José.
b. *Seu* José virá jantar.

Em ambas sentenças é possível observar que o pronome em questão não corresponde ao possessivo, uma vez que não há relação entre possuidor e possuído. O pronome é aqui compreendido, de maneira simples, como a reduzida forma de tratamento *Senhor*, não havendo outra possibilidade de interpretação.

O uso da forma possessiva *seu* e do pronome de tratamento *seu* pode tranquilamente coocorrer em uma mesma sentença sem que haja prejuízo para a interpretação da informação, assim como vemos em (3).

- (3) a. Essa bolsa é sua, *seu* José.
b. Esse carro é *seu*, *seu* José?

Dados os exemplos apresentados em (3) é clara a interpretação e a distinção entre a forma que carrega a informação de posse e aquela que apenas acompanha o substantivo indicando forma de tratamento. Vale ainda destacar que, nas sentenças apresentadas em acima, não há ambiguidade quanto ao uso dos referidos pronomes.

Por fim, discorreremos sobre o objeto de estudo desta tese: o uso da forma **seu** em contexto de vocativo. Para tal propósito, cabe aqui esclarecer que, inicialmente, questionamos a natureza do nosso objeto de análise, uma vez que não reconhecemos as leituras de posse e de pronome de tratamento quando ele aparece no contexto anteriormente mencionado.

Nossa pesquisa parte, então, de sentenças bastante frequentes na nossa tradição oral e pouco estudadas, especialmente, nos manuais que ditam a norma padrão da língua, haja vista que, no Nordeste, o uso do vocativo com a presença do item **seu** e suas variantes é bastante comum em expressões que são veiculadas cotidianamente, tais como as apresentadas em (4):

- (4) a. Se aquiete, **seu** cabra safado!
 b. **Seu** besta!

Nos exemplos apresentados em (4), vemos o contexto de vocativo e validamos nosso objeto de análise ao verificarmos que não há a possibilidade de interpretar o item em destaque como pronome possessivo, uma vez que não se estabelece relação entre possuidor e possuído.

Ademais, a interpretação da palavra como correspondente ao pronome de tratamento *senhor* nos parece equivocada, haja vista que para o contexto no qual a forma está empregada não cabe uma interpretação respeitosa nem mesmo se a compreendermos como ironia. Desse modo, entender a expressão “**seu** cabra safado” como “*senhor cabra safado*” nos parece demasiadamente equivocado.

Para além dessas expressões de ordem regional, é comum observarmos em um contexto mais geral, vocativos que empregam o uso da forma **seu**, nos quais as interpretações de posse e de tratamento também não podem ser associadas a ela.

- (5) a. Amiga, **sua** linda, estou com saudades.
 b. Venha logo, **seu** lindo.

Sentenças¹ como as descritas em (5) são comumente encontradas no nosso dia a dia e amplamente divulgadas em memes presentes nas redes sociais. Por meio delas, ratificamos a nossa hipótese inicial de que a forma **seu** e suas variantes não podem, nesse contexto, serem interpretadas como posse ou mesmo como pronome de tratamento.

Tais interpretações parecem equivocadas, pois ao compreendermos a forma **seu** como correspondente a *senhor*, assumiríamos também que a forma feminina *sua* seria correspondente a *senhora*, o que faria ainda mais confusa a interpretação da sentença (6b) a seguir.

- (6) a. Vamos logo, **sua** linda.
b. *Vamos logo, *senhora* linda.

É importante destacar que a forma **seu** não é a única forma utilizada em sentenças vocativas, haja vista que o mesmo fenômeno acontece, no mesmo contexto, com a primeira pessoa. Contudo, em sentenças vocativas a presença do pronome possessivo de primeira pessoa não invalida a leitura de posse tal como observado em (7).

- (7) a. Vamos logo, *minha* linda.
b. Se apresse, *meu* amigo.
c. Vamos logo, **sua** linda.
d. *Se apresse, **seu** amigo.
e. Se apresse, **seu** amigo da onça!

As sentenças apresentadas acima exemplificam a natureza do nosso objeto na medida em que se verifica a leitura afetiva e também possessiva nos exemplos em que foram utilizados os pronomes de primeira pessoa (7a) e (7b). Em contrates a essas sentenças, nos exemplos em que se utilizou o item **seu**, mais especificamente em (7c) e (7e) a leitura de posse não pode ser validada.

¹ Os exemplos apresentados são apenas para contextualizar nosso fenômeno. Nas seções posteriores, abordaremos de maneira mais detalhada as possibilidades de estruturas vocativas.

Cabe ainda acrescentar que o item **seu** parece apresentar certas restrições em relação ao elemento que o acompanha no sintagma, visto que em (7d) a sentença se torna agramatical quando utilizada apenas a palavra *amigo*, o que não ocorre quando acrescentamos outros elementos ao sintagma como visto em (7e).

Para além das relações de posse, a interpretação da forma **seu**, bem como dos pronomes possessivos, como correspondentes aos pronomes de tratamento, também não parece ser validada em nenhuma das sentenças presentes em (7).

Observa-se também que, a depender da natureza do nome associado ao pronome analisado, a restrição para o uso da forma **seu** é ainda mais evidente. Dito de outro modo, o contexto sintático no qual o item, objeto do nosso estudo, está inserido parece restringir as possibilidades dos elementos que podem aparecer acompanhando esta forma, assim como vemos em (8).

- (8)
- a. Isto é seu, meu pai.
 - b. Isto é seu, meu lindo.
 - c. *Isto é seu, **seu** filho.
 - d. Isso é seu, **seu** filho de rapariga .
 - e. Isto é seu, **seu** lindo.

Nos exemplos apresentados acima, percebe-se a leitura de posse nas duas primeiras sentenças, contudo, na sentença (8c), o uso da forma **seu** torna a sentença agramatical, impossibilitando as interpretações de posse ou de tratamento. Por outro lado, ao acrescentarmos um elemento posterior a palavras filho a sentença passa a ser gramatical, tal como observamos em (8d). Ainda sobre essa sentença, agrega-se o fato da noção de posse não se estabelecer por meio da forma **seu**, mas sim por meio da preposição.

Para além do PB, outras línguas, a exemplo do Inglês, parecem fazer uso de estrutura semelhante, empregando um “pronome possessivo” em sentenças vocativas de modo que a leitura de posse também parece inadequada, tal como observado nas expressões a seguir:

- (9)
- a. You/Your fool.
seu tolo

b. 'You/Your bitch.

sua *cadela*.

As sentenças acima, retiradas do Inglês, demonstram que o fenômeno apresentado como objeto dessa pesquisa é comum também em outros idiomas, para além dessa língua, encontram-se exemplos desse fenômeno em outros dialetos, tais como o norueguês, sueco e holandês, assim como demonstram as sentenças em (10), extraídas do trabalho de Corver (2008)², o qual discorre sobre sintagmas vocativos, analisando a natureza morfossintática dos seus elementos constitutivos.

- | | | |
|------|---|--------------------|
| (10) | a. Din tosk!
<i>seu</i> <i>idiota</i> | (Norueguês) |
| | b. Din lymmell!
<i>seu</i> <i>malandro</i> | (Sueco) |
| | c. Jij kanjer!
<i>You colossos</i> | (Holandês) |
| | d. Gij _{nom} aap!
<i>seu</i> <i>macaco</i> | (Dialeto Aarschot) |

Exemplos retirado de Cover 2008

Em nossa pesquisa, propomos uma análise sobre a forma ***seu*** e suas variantes empregados nas construções vocativas com os objetivos de i) descrever suas características morfossintáticas e ii) compreender quais restrições são impeditivas para as leituras de posse e tratamento apresentadas por estes elementos.

² Retomaremos o trabalho de Corver (2008) em seções posteriores nas quais trataremos mais detalhadamente sobre a construção do sintagma vocativo.

Na busca por elucidar tais questionamentos, evidenciaremos, inicialmente, como os pronomes possessivos são apresentados nas gramáticas da LP considerando tanto as normativas Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2017) quanto as funcionais Neves (2011), a escolha destes autores em detrimento dos demais se faz devido ao fato de serem autores consagrados, com alto número de edições e com formação linguística, o que confirma o caráter importante destas obras.

Essa etapa da pesquisa se justifica, também, pela necessidade de compreender, de modo mais amplo, como os pronomes possessivos são compreendidos à luz da Gramática Tradicional (GT) o que possibilitará uma comparação das convergências e divergências entre os possessivos e nosso objeto de estudo e contribuirá para uma compreensão mais ampla do nosso fenômeno.

Posteriormente, trabalharemos a noção de gramaticalidade, haja vista sua importância na compreensão do que pode ser considerado uma boa sentença na nossa língua. Nossa reflexão sobre o conceito de gramaticalidade é justificada pela necessidade de corroborar nossa hipótese, posto que a permuta do item **seu** por elementos considerados análogos a ele não nos parece uma possibilidade.

Mais a diante, buscaremos compreender o contexto sintático no qual os pronomes em questão estão inseridos, apresentando algumas sentenças e suas respectivas análises. Em seguida, apresentaremos o arcabouço teórico que norteia nossa proposta e, por fim, analisaremos alguns dados a fim de compreender e esclarecer qual a natureza do nosso objeto.

1.2 O pronome possessivo segundo as perspectivas das gramáticas

A tradição gramatical há muito se ocupa em prescrever usos considerados ideais para as línguas. Essa dinâmica tem como consequência direta uma significativa quantidade de normas que se afastam das construções cotidianamente construídas e enfatizam as noções equivocadas de certo e errado que são ensinadas nas escolas ao longo da educação básica.

Para além das prescrições preconizadas pela GT, o uso criativo e dinâmico da língua nos permite visualizar uma riqueza que é infinitamente maior do que propõem as regras gramaticais, haja vista que tais regras, ao deixar de lado a criatividade, impossibilitam uma reflexão sobre as ocorrências que dão a língua o caráter heterogêneo e múltiplo.

Esses mecanismos linguísticos que dinamizam os usos das formas pronominais não são incomuns e já foram objeto de inúmeros estudos a exemplo daqueles que discorrem sobre a forma pronominal *ele* em posição de objeto, ou mesmo o processo de gramaticalização da forma *a gente*, fenômenos que ilustram apenas uma pequena porção da complexidade da nossa língua.

Não obstante, algumas gramáticas, quando comparadas, apresentam descrições complementares do paradigma pronominal. Nesse sentido, a presente seção busca apresentar algumas das descrições do referido paradigma nas perspectivas de autores como: Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2017), bem como por meio da visão funcionalista de Neves (2011). Nossa descrição tem como objetivo verificar o comportamento do pronome possessivo canônico.

Ademais, apresentaremos algumas considerações sobre a descrição do quadro pronominal, pontuando algumas inquietações sobre os pronomes em pauta. Nosso intuito é compor um quadro mais completo do que corresponde às possíveis sentenças em que a forma **seu** aparece, como também estabelecer um parâmetro de comparação entre o possessivo *seu* e a forma objeto do nosso estudo.

Nesse sentido, destacamos, inicialmente, o conceito apresentado por Bechara (2009), o qual afirma que o pronome possessivo apresenta-se como um predicador, sendo possível a permuta entre esses elementos sem que haja uma mudança de sentido ou perda da noção de posse, como é possível observar nas sentenças que seguem.

- (11) a. Eu quero *minha* blusa.
- b. Eu quero *sua* blusa.
- c. Eu quero a blusa *dela*.
- d. Ele é amigo *de* vocês.

Dadas as sentenças acima, observamos que a noção de posse foi construída por meio do uso dos diferentes pronomes possessivos, bem como pela introdução da preposição. Ainda no que concerne à perspectiva tradicional, é notório que a prescrição gramatical, por vezes, desconsidera os papéis temáticos que podem ser atribuídos ao possessivo, conforme verificamos nos exemplos abaixo:

- (12) a. Estava de volta ao *seu* aconchego.

- b. Escreveu *suas* memórias em um diário.
- c. Esperava por *sua* alteza ao pé do altar.

Nos exemplos elencados em (12), podemos verificar os diferentes papéis temáticos atribuídos aos pronomes, uma vez que em (12a) o pronome *seu* remete ao lugar de origem; em (12b) o pronome *suas* denota autoria e em (12c) o pronome possessivo exerce função de pronome de tratamento. Vale destacar ainda que nas nos mesmos exemplos não há um referente anafórico para o pronome possessivo.

Bechara (2009) aponta também que os sintagmas nominais não são formados por possessivo + adjetivo, e sim por possessivo + substantivo, o que faria a sentença (13b), apresentada abaixo, uma impossibilidade do ponto de vista da tradição gramatical. Sobre este ponto, cabe observar alguns exemplos.

- (13) a. Visitamos *seu* José.
- b. *Visitamos **seu** lindo.
- c. *Seu* José virá hoje?
- d. *Seu* digníssimo virá hoje?

Cabe aqui destacar a agramaticalidade em (13b), dado o uso do pronome possessivo + adjetivo em um contexto que não é de vocativo, bem como o destaque para as sentenças (13c) e (13d), as quais apresentam significação diferentes para o uso do pronome possessivo de terceira pessoa, haja vista que em (13c) o pronome *seu* se comporta como pronome de tratamento, já em (13d) verifica-se uma leitura de posse.

Dito isto, cabe também destacar que, segundo Oliveira e Silva (1982), o uso do pronome possessivo de terceira pessoa era favorecido pelo traço +humano em detrimento ao uso dos demais pronomes de mesma classificação.

Já no que diz respeito à noção de posse, Cunha e Cintra (2017), em sua *Gramática do Português Contemporâneo*, descrevem os pronomes possessivos como elementos que apresentam três séries de formas que correspondem às pessoas às quais se referem. Destaca-se para esta obra a frequente utilização do pronome *seu* tanto para as segundas quanto para as terceiras pessoas conforme podemos observar nos exemplos que seguem:

- (14) a. Os livros são *teus*.
b. Os livros são *seus*.
c. Os livros são *dele*.

Em (14), verificamos a possibilidade de alternância entre o uso dos pronomes possessivos de maneira que os pronomes *seus* e *dele* ocupam o lugar do pronome *teus* sem que haja prejuízo de sentido/interpretação para a sentença.

Os autores também descrevem o posicionamento dos adjetivos possessivos na sentença, de modo que estes podem aparecer pospostos ao substantivo se: o

possessivo não vier acompanhado de artigo; o substantivo já estiver determinado por um artigo ou numeral; nas perguntas diretas e quando não há ênfase.

Além do posicionamento dos possessivos, há na obra uma referência à ambiguidade causada pelos pronomes possessivos de 3º pessoa, haja vista que essas formas podem referir-se à terceira pessoa do singular ou do plural e serem utilizadas para o gênero masculino ou feminino. Contudo, não se verifica a possibilidade do uso da forma *seus* em substituição a forma *teus* o que também poderia causar ambiguidade.

Cabe ainda destacar que Cunha e Cintra (2017) apontam também para os valores associados aos possessivos. De acordo com os autores, esses valores associados aos pronomes possessivos têm distanciado os pronomes do seu sentido original, o que nos permite reafirmar nosso ponto de vista sobre o objeto deste trabalho.

Por fim, a perspectiva funcional apresentada por Neves (2017), em sua *Gramática de usos da Língua Portuguesa*, apresenta o pronome possessivo como elemento de natureza bipessoal, ou seja, que faz referência às pessoas relacionadas ao discurso: o possuidor e o possuído. Sendo o possuidor as 1ª, 2ª e 3ª pessoas e o possuído apenas a 3ª pessoa.

Embora apresente a representação de 2ª pessoa do singular, a autora considera a ocorrência dos possessivos *seu/sua* como substituto para as formas pronominais de segunda pessoa, conforme vemos em (15).

- (15) a. Leve as *suas* coisas para fora.

b. Leve as *tuas* coisas para fora.

A autora elenca também algumas outras considerações sobre os pronomes, refletindo quanto a posição sintática que esses elementos ocupam na sentença. Sobre esses aspectos, ela pontua que os possessivos: i) ocupam a posição de determinante do nome, ii) ocupam a segunda posição do sintagma nominal e iii) podem vir precedidos de determinantes.

- (16) a. Ela é *sua* irmã.
 b. *Sua* mala está pesada.
 c. Esta é a *sua* mala.

Dados os exemplos e perspectivas é possível verificarmos algumas questões que se fazem interessantes para a compreensão da proposta de estudo do pronome no presente trabalho. Essas questões se fundamentam na leitura equivocada de tratamento atribuída à forma **seu** no que tange à verificação dos papéis temáticos mencionados anteriormente nesta seção.

Esses papéis, que se encontram nos exemplos apresentados, não consideram o sintagma vocativo e incluem a leitura/interpretação de pronome de tratamento em um contexto específico, ignorando as contradições desta interpretação que podem estar presentes no mesmo contexto.

Ainda sobre a estrutura dos SNs, cabe ainda mencionar as noções de traços presentes no nome que acompanha o determinante, as quais podem favorecer a leitura de posse quando este é + humano, conforme aponta Oliveira e Silva (1982). Diante disto, cabe-nos destacar que, no sintagma vocativo, o traço +/-humano parece ser fundamental para a possibilidade de leitura de posse, tratamento ou outra qualquer, tais leituras serão descritas em seções posteriores.

À vista disso, é perceptível que os estudos sob o viés tradicional pontuam as ocorrências dos pronomes possessivos, destacando apenas alguns aspectos que se prendem e elencam as ocorrências que correspondem à noção de posse. Já no que se refere aos usos menos comuns, embora sejam pautados pelos gramáticos, não há uma observação mais cuidadosa, o que nos leva à inquietação que motiva esta tese.

1.3 O contexto de vocativo e o uso dos pronomes possessivos

Os estudos que abordam a sintaxe pronominal, e mais especificamente aqueles que versam sobre os pronomes possessivos apresentam importantes considerações sobre o comportamento morfossintático dos possessivos. Desse modo, as pesquisas buscam compreender como o sintagma possessivo se estrutura considerando noções como as de referencialidade e movimento dentro da estrutura do SN.

Para além das pesquisas aqui apresentadas, é possível verificar que o uso dos possessivos em contexto de vocativo não parece ser uma preocupação para os trabalhos desenvolvidos até o momento. Assim sendo, buscamos investigar como os pronomes possessivos se comportam em contexto de vocativos.

Nesse contexto, vale relembrar a hipótese que norteia nossa investigação, a qual sugere que, no contexto de vocativo há homofonia entre o pronome possessivo *seu*, compreendido como a forma reduzida do pronome de tratamento *Senhor*, e a forma **seu** usado em contexto de vocativos, partido da pressuposição que eles possuem características que os distinguem sintática e semanticamente, sobretudo no que se refere à noção de posse.

Diante do exposto, apresentaremos algumas considerações sobre o contexto de vocativo, as quais dimensionaram as circunstâncias que compreendem os usos dos vocativos e neles o uso dos possessivos. Para tanto, vale lembrar que em Latim o vocativo é concebido como um caso de apelo, o qual apresenta marca morfológica e pode ser acompanhado ou não por interjeições. Algumas gramáticas procuram descrever o vocativo, havendo entre elas algumas diferenças no que concerne aos elementos que o definem. Sobre estas diferenças apresentaremos as que julgamos mais relevantes para o nosso estudo.

Em sua obra de título *Syntaxe Histórica Portuguesa*, Dias (1918, p.64) apresenta a seguinte consideração: “A respeito do vocativo só tem de observar-se que é empregado, já quando se chama por alguém ou se dirige a uma pessoa ou coisa personificada”. A obra segue descrevendo os usos dos pronomes na língua e suas ocorrências e no que tange ao uso dos pronomes possessivos no contexto de vocativo cabe o seguinte destaque feito por Dias (1918, p.87) “É de notar o emprego, na conversação, em tom exprobrativo, dos pronomes *meu* e *seu*, juntos a um vocativo, ou a um apposto d'um vocativo, v. g.: *meti mentiroso! vá-se daqui, seu mata-gente.*”

O destaque aqui apresentado pode ser verificado ao longo da história do PB em expressões diversas entre as quais destacamos aquelas utilizadas aqui no Nordeste a exemplo das expressões de cunho pejorativo a saber:

- (17) a. João, **seu** cabra safado!
b. João, **seu** peste!

Não muito distante dos exemplos apresentados acima, é possível encontramos, ainda hoje, o uso de expressões melhorativas como as observadas nos exemplos que seguem:

- (18) a. João, **seu** lindo!
b. João, **seu** fofa!

Dito isto, cabe destacar que as considerações sobre esses usos serão apresentadas na seção que buscará compreender o fenômeno em questão, onde também faremos uma relação entre o fenômeno estudado e o referencial teórico apresentado.

Retomando a descrição do contexto de vocativo, Cunha e Cintra (1971) apontam para diferentes tipos de vocativos, entre os quais os autores destacam dois tipos: o que se refere diretamente a um dos termos da sentença na qual estão encaixados e os que não o fazem, como é possível observar nos exemplos que seguem

Em trabalho posterior, Cunha e Cintra (2013, p.175) também consideram a relação do vocativo com constituintes argumentais, afirmando que “embora não subordinado a nenhum outro termo da sentença e isolado do resto da frase, o vocativo pode relacionar-se com algum dos termos”.

Por outro lado, Nascimento (2000, p. 282) pondera discordando do ponto de vista de que o vocativo é isolado do restante da sentença, ou seja, parece haver sempre uma ligação entre o elemento vocativo e o resto da sentença, mesmo sem que haja nela um elemento de referência. Para justificar sua colocação são apresentados os seguintes exemplos:

- (19) a. Mariana, traz o café!
b. Mariana, é você?

Exemplos de Nascimento (2000)

Bechara (2001, p. 460), por sua vez, compreende o vocativo como uma unidade independente, uma vez que, segundo o autor, ele é “desligado da estrutura argumental da sentença e, desta separado por curva de entoação exclamativa; cumprindo uma função apelativa de 2ª pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa a quem nos dirigimos”. O autor argumenta ainda que o vocativo poderia ser compreendido como um aposto explicativo, conforme é possível observar no exemplo apresentado a seguir.

- (20) a. E vocês, meninas, não deveriam ser sempre obedientes.

No que diz respeito ao vocativo fazer ou não referência a outro elemento da sentença, Macambira (1974, p. 84), em conformidade com Cunha (1971), sugere como proposta que se faça a distinção entre vocativo absoluto e vocativo relativo. O primeiro apresenta-se “completamente solto sobre o aspecto sintático”, enquanto o segundo, “encontra-se na sentença um termo a que se reporta e que deve ser um pronome pessoal”.

No que concerne aos estudos pautados na teoria gerativa, a exemplo dos realizados por Mateus (2003), os vocativos são analisados como adjuntos, isto é, como constituintes situados em uma posição à parte. Tais estudos nos apresentam algumas inquietações, tais como: a posição do vocativo dentro da estrutura da sentença e os elementos constituintes do sintagma vocativo.

1.4 Gramaticalidade e agramaticalidade nas sentenças do Português

Outro aspecto que parece relevante destacar na descrição do nosso fenômeno, refere-se a compreensão do que é considerado uma sentença gramatical ou agramatical no PB. A discussão sobre esse aspecto é relevante para nossa pesquisa, posto que o conceito do que vem a ser uma sentença gramatical ou não ecoa ao longo de toda a pesquisa. Logo, julgamos coerente uma breve discussão a esse respeito.

Assim sendo, e recordando a linha de investigação na qual se insere esta pesquisa, a Teoria Gerativa, faz-se relevante lembrar o caráter criativo da linguagem, posto que, conforme aponta a teoria, somos capazes de produzir um número ilimitado de sentenças a partir de um número limitado de informações linguísticas, conforme afirma Lyons ao abordar esse aspecto.

A criatividade é, segundo Chomsky, uma qualidade humana, que distingue os homens das máquinas e, até onde sabemos, dos outros animais. No entanto, trata-se de uma criatividade regida por regras. É aqui que entra a gramática gerativa propriamente. Os enunciados que produzimos têm uma certa estrutura gramatical: eles estão em conformidade com regras de boa formação identificáveis. À medida que conseguimos especificar essas regras de boa formação, ou gramaticalidade, teremos fornecido um relato cientificamente satisfatório daquela propriedade da linguagem — sua produtividade — que torna possível o exercício da criatividade. (Lyons, 1981, p. 171)

A existência da Faculdade da Linguagem (FL) permite que os humanos, por meio do seu dispositivo inato, não apenas produzam novas sentenças, mas também tenham a percepção sobre que sentenças estão bem ou mal formadas na sua língua materna, o que ocorre em decorrência do sistema que permite a construção e reconstrução de sentenças por meio das relações estruturais que ocorrem entre os sintagmas.

A intuição do falante sobre o seu sistema e as relações nele presentes também constitui um elemento importante no julgamento da gramaticalidade de uma sentença que, de acordo com a teoria, acontece por meio do conhecimento implícito que todos os falantes nativos possuem e que, de certo modo, podem se distanciar das normas aprendidas mecanicamente nas escolas.

Atrai-se a esses conceitos um outro bastante importante na seara dos estudos gerativos: a marcação paramétrica. A noção de qual parâmetro pertence ou não à língua é importante para caracterizar, sintaticamente, as estruturas possíveis. Tal pressuposto poderá delimitar as possibilidades sintáticas de uma língua e, em consequência disso, a natureza dos seus elementos composicionais.

É neste ponto que a análise das sentenças como gramaticais ou não apresentam relevância para este estudo, posto que o comportamento dos pronomes possessivos é amplamente discutido nos estudos linguísticos, havendo pouca

divergência entre como eles funcionam nas línguas. Contudo, trabalhos que contemplam o fenômeno aqui observado ainda são um campo fértil.

De forma prática, e diretamente relacionada ao nosso estudo, sabemos que o pronome possessivo precisa ocorrer em certos contextos sintáticos para que seja a ele atribuído o caso genitivo. Sendo assim, acreditamos que contextos diferentes poderiam interferir diretamente na atribuição desse caso, descaracterizando o item, objeto do nosso estudo, como pronome possessivo.

Portanto, para a elaboração da nossa análise e o trabalho com dados de introspecção, compreenderemos como gramatical toda a sentença que se configura dentro das regras que determinam quando uma sentença está bem formada ou não, sendo a gramaticalidade, portanto, a aceitação de uma sentença que está estruturada dentro dos padrões de formalidade para a nossa língua.

Associado ao conceito de gramaticalidade ou agramaticalidade, nossa abordagem incluirá um outro tópico que nos inquieta durante o estudo: o processo de gramaticalização, visto que é uma possibilidade de modificação do paradigma pronominal, a exemplo do que ocorreu com as formas *você* e *a gente* sobre as quais discorreremos a seguir.

Tendo em vista o que apresentamos até o momento, o subitem seguinte propõe algumas considerações sobre o processo de gramaticalização, haja vista que nos parece necessário compreender como este processo se aplica a alguns itens do PB e, possivelmente, descartar a ocorrência deste processo para a o item **seu** e, por fim, as relações sintático-semânticas que existem entre esses elementos.

1.5 O processo de gramaticalização dos pronomes no Português

Diacronicamente, as línguas apresentam-se mutáveis constituindo um significativo processo de transformação no qual algumas categorias gramaticais se transformam, ganhando uma nova classificação e um novo significado. Esse cenário pode ser consequência de inúmeros fatores, dentre os quais destacamos, para o propósito da nossa pesquisa, o processo de gramaticalização, caracterizado, inicialmente pelo fenômeno da linguagem definida por Vitral (2006, p.143) como “as inovações de forma e de conteúdo dos itens do léxico, observados quando se comparam dois ou mais estágios de uma língua, fomentam a formação de arranjos sintáticos também inovadores”.

Essas inovações contemplam propriedades que ainda apresentam divergências para a elaboração de um conceito uniforme conforme afirmam Hopper (2001) e Newmeyer (2000). Contudo, Vitral (2006), em seu livro *Gramaticalização uma abordagem formal*, propõe algumas diretrizes para uma abordagem nessa perspectiva de estudos linguísticos.

A análise desse processo, bem como a análise do que se considera gramatical ou não no Português Brasileiro (PB) nos permitirá um apanhado mais robusto das características que envolvem o nosso fenômeno, tendo como consequência uma descrição mais eficiente acerca dos aspectos morfossintáticos e da natureza do nosso objeto.

Desse modo, cabe-nos pontuar sobre o processo de gramaticalização de alguns pronomes na língua portuguesa. Nesse contexto, conforme apontam Vitral e Ramos (2007), o processo de gramaticalização envolve três aspectos gramaticais para a alteração da natureza dos itens, a saber: alterações sintáticas, alterações semânticas e alterações morfofonéticas.

Isto significa dizer que para se instituir uma mudança, o item passa por um ciclo que contempla as mencionadas alterações, fazendo com que as palavras sejam completamente transformadas. Segundo Hopper e Traugott (1993), durante esse processo, a palavra passa, inicialmente, de um item lexical para um item gramatical. Essa alteração está relacionada com o significado, tendo como consequência provável uma mudança de conteúdo do item e, posteriormente, as alterações correspondentes à mudança do clítico para um afixo.

Cada uma das etapas tem como consequência a modificação da distribuição sintática do item, e à medida que este elemento ocupa a posição mais à direita do ciclo, gradualmente, mais restrita seria a distribuição sintática do item. Dito de outro modo, quanto mais à direita o item estiver localizado, maior será o seu esvaziamento semântico e a sua substância fônica.

Arruda (1998), em sua obra *A gramaticalização do pronome a gente: um percurso através de cartas pessoais e familiares*, apresenta dois processos para a gramaticalização de um item, são eles: a gramaticalização *stricto sensu* que corresponde à trajetória de elementos linguísticos do léxico para a gramática e a gramaticalização *lato sensu* que contempla a trajetória de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais.

Ao descrever o processo de gramaticalização Vitral (2006), por sua vez, pontua que o nome núcleo da categoria lexical, passa a funcionar como núcleo da categoria funcional, perdendo, assim, características de um nome e funcionando como um pronome, mantendo apenas um conjunto de traços.

Para ilustrar esse processo, Vitral aponta para a transformação da forma *Vossa Mercê* para a forma *Cê*, destacando que esta encontra-se em processo de cliticização. Neste e em outros trabalhos, Vitral apresenta argumentos, fundamentados na noção de referencialidade, para demonstrar que é inadequado falar sobre a perda de conteúdo semântico destes elementos durante o processo de gramaticalização.

Acreditamos, contudo, que o conteúdo semântico da forma possessiva e do pronome de tratamentos *seu*, difere daquele presente na forma **seu**. No que tange a uma abordagem minimalista do processo de gramaticalização propõe-se, inicialmente, a separação entre categorias lexicais, caracterizadas pelas propriedades semânticas, e categorias funcionais, que têm como característica a seleção categorial de seus argumentos.

Ainda nessa perspectiva, dois caminhos são apresentados para o processo de gramaticalização, o primeiro caminho concebe a recategorização de um item gramatical em um item lexical, já o segundo caminho corresponde a passagem de um item lexical que pode permanecer na mesma categoria lexical ou passar funcionar

como um novo item também lexical³, ou seja, há uma modificação em sua interpretação ou em sua função.

Dentro desse panorama, e na busca por responder a uma questão sobre o processo de aquisição de linguagem, Roberts (2007) pontua que a reanálise é um dos elementos responsáveis pela gramaticalização, processo caracterizado por mudanças no que se refere às propriedades sintáticas e morfológicas de algumas palavras.

Ainda para o autor, a gramaticalização é definida como um processo pelo qual novos morfemas gramaticais surgem, sendo consequência, portanto, de uma mudança estrutural da língua. Logo, para o autor, a gramaticalização é consequência da reanálise que pode ocasionar uma mudança paramétrica.

Já Robert e Roussou (2003) pontuam também a ciclicidade do processo de gramaticalização, reforçando a sua característica unilateral. Ainda para os autores, a perda de conteúdos semânticos não pode ser aleatória, assim como a noção de gradualidade, a qual é característica do processo, também seria um problema teórico, haja vista que não há um estágio intermediário na marcação paramétrica.

Isso posto, os conceitos de gramaticalização nas referidas perspectivasteóricas são apresentados aqui para que possamos, de certo modo, discutir acerca da primeira questão que se apresenta sobre a nossa hipótese: seria a forma **seu** uma palavra que passou pelo processo de gramaticalização?

Na busca por elucidar essa questão, é importante pontuar que, considerando os estudos apresentados nessa seção, parece-nos precoce conceber que nosso objeto sofreu o processo de gramaticalização, posto que, diante dos conceitos aqui apresentados, o item **seu** não atende aos critérios, tais como: a redução, a obrigatoriedade, a condensação ou a fixação, os quais correspondem aos parâmetros para a gramaticalização, conforme apresenta Lehmann (1995), sendo necessária uma análise mais cuidadosa sobre o fenômeno.

³ Sobre esses aspectos apresentaremos uma análise mais detalhada no capítulo 4 deste trabalho.

2 O SINTAGMA VOCATIVO

Introdução

Pouco explorado nos estudos linguísticos, o vocativo compreende o contexto sintático no qual observamos e também restringimos a ocorrência da forma **seu**, objeto do nosso trabalho. A carência nos estudos nesse contexto, e mais especificamente aqueles fundamentados na Teoria Gerativa, ressalta a especificidade do fenômeno sobre o qual nos debruçamos nesta tese.

Dito isto, esta seção tem por objetivo apresentar o contexto no qual nosso objeto é utilizado, buscando embasar nossa análise e compreender as restrições de ordem sintática e semântica que operam para a leitura não possessiva deste elemento dentro da sentença.

Sendo assim, inferimos que é a partir da compreensão dessa interface sintático-semântica, que poderemos esclarecer qual a natureza deste elemento classificado e interpretado ora como pronome de tratamento, ora como pronome possessivo, interpretações estas que exploraremos mais claramente adiante.

Nesse sentido, parece-nos oportuno discorrer sobre alguns estudos linguísticos já realizados sobre este fenômeno, bem como dissertar sobre o sintagma nominal que apresenta a forma **seu** e suas variantes em sua estrutura.

Para tanto, apresentaremos, inicialmente, as possibilidades de estruturas vocativas. Em seguida, discorreremos sobre os tipos de vocativo em sentenças do PB apresentando a estrutura sintática de vocativos simples, bem como construções vocativas com a presença de epítetos. Por fim, discorreremos sobre as partículas vocativas e sua possível correspondência com nosso objeto de pesquisa.

2.1 As construções com vocativo

Compreendido, de maneira ampla, como constituinte que delimita a interação entre o falante e o ouvinte, o vocativo pode ser empregado em uma variedade de situações, por exemplo, chamar, cumprimentar, perguntar, opinar, dentre outros. Tais usos podem ser visualizados em variados contextos como os apresentados a seguir:

(21) a. Menina, venha aqui.

- b. Quer comer, menina?
- c. Bom dia, *minha* linda!
- d. *Minha* linda, bom dia!

Nos exemplos apresentados, vemos em (21a) a localização do vocativo no início da sentença, realizado por meio de um substantivo. Já no exemplo (21b), verifica-se a ocorrência do vocativo no final da sentença, sendo este também realizado por um substantivo.

O exemplo (21c), por sua vez, apresenta o vocativo realizado no final da sentença, apresentando uma estrutura composta por um pronome possessivo e um adjetivo. Cabe destacar que esta estrutura de vocativo também pode ocorrer no início da sentença sem prejuízo para gramaticalidade da sentença, como visualizado em (21d).

Tais usos são descritos nas Gramáticas Tradicionais (GTs) como expressões de chamamento, dada a sua função pragmática, conforme pontuam Melo, 1978; Câmara Jr., 1981; Luft, 1983; Cunha & Cintra, 1985; Cegalla, 1985; Bechara, 1999, entre outros.

Cunha & Cintra, por sua vez, acrescentam a informação que essas estruturas estão isoladas do resto da sentença, portanto, não aparentam fazer parte da grade temática, podendo ser compreendidos como correferentes com um dos argumentos da sentença ao qual se relacionam, conforme verificamos em (22).

- (22)
- a. Maria_i, já te_i falei isso.
 - b. Já, Maria_i, te_i falei isso.
 - c. Já te_i falei isso, Maria_i.

Isto posto, verificamos em (22a) que o nome Maria é correferente do pronome *te*. Dados os exemplos anteriores, verificamos, no que tange a posição do vocativo, que ele pode ocorrer nas três posições:⁵ à esquerda da sentença principal, à direita da sentença principal ou em posição final.

⁵ Em seções posteriores abordaremos mais detalhadamente o uso da forma *seu* em sintagma vocativos, apresentando suas implicações para a gramaticalidade da sentença

Outros estudos, a exemplo dos realizados por Moreira (2008), distinguem ainda os vocativos das invocações, pontuando que estas não se referem a um interlocutor, mas sim a uma entidade ou coisa personificada, diferente do que ocorre com os vocativos. Nesse sentido, a autora, em sua tese, analisa a variedade de constituintes nos quais o vocativo ocorrem com operadores -qu, como vemos em (23).

- (23) a. Quem, Maria, foi para a aula ontem?
b. Quem, **sua** linda, fez essa make belíssima?

Ainda nessa seara, Hill & Stavrou (2013) diferenciam o chamamento, característico do vocativo, considerando a distribuição sintática do vocativo, em relação à sentença principal, destacando que, quando em posição inicial, há uma leitura de chamamento ou interpelação (24a), sendo esta interpretação diferente quando o vocativo ocorrer em posição final, uma vez que ele será interpretado como destinatário (24b).

- (24) a. Menina, estude para a prova.
b. Estude para a prova, menina.

Posteriormente, argumentaremos como estas interpretações apresentadas acima podem ser relevantes para a restrição do contexto sintático em que o item **seu** pode ocorrer sem a leitura de posse ou tratamento. Salientamos, contudo, que não nos prenderemos aqui a observar a entonação ou ênfase dada no ato da pronúncia, pois não consideramos relevante para o recorte feito nesta tese.

2.1.1 Tipos de vocativo

Acrescenta-se às propostas de Osenova e Simov (2002), Moreira (2008), Carvalho (2010) e Hill & Stavrou (2013), as quais argumentam haver dois tipos de vocativo, os estudos realizados por Moreira (2008) e Carvalho (2010) que se ocupam categorizar esses vocativos de acordo com a sua distribuição sintática.

Na perspectiva de Hill & Stavrou (2013), que relaciona as interfaces sintático-pragmáticas, os vocativos alocados à esquerda da sentença são chamamentos, o que se contrapõe àqueles alocados à direita da sentença que seriam considerados destinatários.

As autoras ainda classificam o vocativo de duas maneiras: direta ou indireta, destacando que o item, que compõe o vocativo, como o nome do interlocutor, por exemplo, tornar-se-ia vocativo direto. Já as formas indiretas de vocativo são caracterizadas pelo uso das interjeições. As autoras elencam exemplos do búlgaro, do romeno, do umbundu e do português para exemplificar sua tese, conforme observamos nos exemplos abaixo mencionados na tese de Moreira (2013, p. 23):

(25) a. O/aoleu (Doamne), de un să- l iau? Romeno

Oh oh God-VOC from where SUBJ it take -1SG

Oh, Lord, where can I find it?

Oh, Deus, onde posso encontrá-lo?

Exemplo (20a) de Hill (2007)

Partículas de chamamento indireto: avoyo (em inglês, 'oh')

(26) a. Avoyo, hati eye ka telele oku tu kuationa mulo.

Umbundu Oh said s/he not could to us help in-this

Oh my s/he said s/he not could help us with this.

Oh meu ela disse que não pode nos ajudar com isso.

Exemplo (5ª) de Hill (2007)

(27) a. Văh, na kogo ni ostavi? Búlgaro

Oh to whom us left-2SG

Oh, whom did you leave us with?

Oh, a quem nos deixou?

Exemplo (22a) de Hill (2007)

Os exemplos acima, bem como outros apresentados por Moreira (2013), buscam contemplar as possibilidades de usos do vocativo, sem, contudo, descrever sua estrutura sintática. Há de se destacar também que, no que tange ao nosso propósito de análise, não se verificou a presença de sentenças como as abordassem nosso trabalho, a exemplo da (28), as quais são muito frequentes no momento em que este trabalho se insere.

(28) a. Férias, **sua** linda, venha logo!

Dado o exemplo acima, também é importante salientar que não nos prenderemos aqui aos valores prosódicos apresentados pelo item **seus**, mas sim às relações sintáticas estabelecidas nesse contexto, bem como as possibilidades de interpretação que esta forma pode ter no referido contexto.

No correspondente às possibilidades de leitura da forma **seu** em contexto de vocativo, Carvalho (2010) pontua que os vocativos podem desempenhar funções de intensificação ou atenuação de humor quando inseridos em circunstâncias, a exemplo das apresentadas em (28). Ainda sobre esse contexto, a autora ressalta não haver uma situação enunciativa específica e destaca a possibilidade das estruturas vocativas serem compostas por epítetos, ou seja, expressões que não são essenciais para conferir sentido à sentença, sendo apenas ornamento.

De acordo com Houaiss (2001, p. 1181), epíteto é a palavra ou expressão associada a um nome ou a um pronome para qualificá-lo; qualificação elogiosa ou injuriosa dada a alguém; alcunha, qualificativo. Geralmente, trata-se de xingamentos ou de palavras carinhosas, como por exemplo:

(29) a. Ela não te quer, **seu** trouxa!

b. Não está me vendo, doido?

Nessas sentenças, observa-se, no entanto, que não é possível ignorar as relações sintáticas e semânticas que estas palavras estabelecem tanto dentro da sentença quanto fora dela, posto que a presença do nosso objeto em (25a) e a ausência dele em (29b) nos permite apresentar uma questão referente à necessidade de preenchimento dessa posição.

Em nossa proposta de análise, investigaremos tanto o uso da forma **seu** em sintagmas vocativos formados por vocativo + SV, quanto sentenças nas quais o item **seu** ocorre em expressões epíteto, uma vez que consideramos ambos relevantes para a comprovação da nossa hipótese.

Para além desse contexto, há de se ponderar também aquele em que o vocativo aparece precedido por tópico, os quais podem ocorrer à esquerda ou à direita no PB, conforme observa-se no exemplo a seguir. Em seções posteriores, verificaremos as restrições sintáticas de movimento desses elementos e mais especificamente da forma **seus** diante das estruturas apresentadas nesta seção.

- (30) a. No colégio, amiga, todos falam sobre você.
 b. Amiga, no colégio, todos falam sobre você.
 c. No colégio, todos falam sobre você, amiga.

Além disso, Moro (2002) propõe uma estrutura sintática restritiva ao que pode ser considerado ou não um vocativo. Sua asserção se faz relevante para o presente trabalho, uma vez que o autor problematiza o contexto no qual o objeto de nossa análise está localizado.

Sendo assim, parece-nos importante elencar as considerações mais relevantes a respeito dessa teoria, uma vez que ela pode esclarecer as circunstâncias nas quais os pronomes em questão estão inseridos.

Dito isto, Moro (2002) pontua que o vocativo ocorre na periferia esquerda da sentença, como um especificador de um núcleo independente. Segundo Moro (2002, p.263) a posição de vocativo deve ser a que segue:

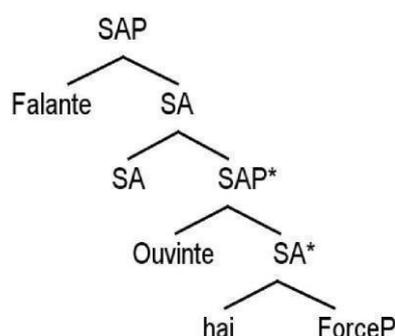
$$C^{\circ} = \dots Voc^{\circ} > Force^{\circ} > (Top^{\circ} > Foc^{\circ} > Top^{\circ} >) Fin^{\circ}$$

Ao propor a referida configuração sintática, Moro destaca que a ausência da distribuição da interjeição, que pode preceder o vocativo, pode ser um problema para uma proposição definitiva de estrutura vocativa. Logo, ele propõe que a presença da interjeição marca o Caso Vocativo, de modo que a presença ou ausência da interjeição definiria a atribuição deste caso.

Seguindo essa mesma linha de observação, Hill (2007) e Hill & Stavrou (2013) apresentam proposta semelhante, na qual os sintagmas são classificados como vocativos considerando a posição das interjeições em suas estruturas sintáticas.

Vale destacar que os vocativos e as interjeições se diferem por se referirem, respectivamente, de maneira direta ou indireta ao interlocutor. Os vocativos, segundo as autoras, são menções diretas ao interlocutor, as interjeições, por sua vez, não identificam o interlocutor, podendo aparecer também acompanhando-o.

Em sua proposta, Hill (op.cit) coloca que o vocativo (VocP) e as interjeições estão situados entre a pragmática e a sintaxe, em uma concha predicativa SAP (Speech Act Phrase), concha esta que se assemelha à larsoniana (v/VP) (e.g. I gave the book to Mary), desdobrando-se em duas categorias, a saber: SAP e SAP*.



A proposta acima situa as interjeições na categoria SAP e os vocativos no especificador SAP*, a localização do vocativo no núcleo SA* é justificada pela autora pelos traços-*phi* que se referem ao ouvinte, logo o vocativo seria compatível com uma morfologia de traço a qual é representada na configuração pelo (*).

O exemplo extraído do romeno, apresentado na figura acima, apresenta

ainda a partícula *hai* a qual se situa no núcleo de SAP*. Tal partícula, segundo as autoras, têm origem em interjeição turca e se espraia em outras línguas apresentando também algumas variações.

De acordo com Hill e Stavrou (op.cit), essa partícula funciona como um traço pragmático, ou seja, um traço de um ato de fala que pode atuar juntamente com os traços pragmáticos. Ela representa, portanto, a realização lexical de um traço [V], sendo considerada pelas autoras um verbo funcional e não lexical. Tal traço seria evidenciado pela compatibilidade com a morfologia dos traços-*phi*.

As autoras concluem que essas partículas atuam com um traço exortativo e coocorrem com um verbo em construções avaliativas, de modo que as interjeições em um lugar diferente dos vocativos. Desse modo, a divisão entre SAP e SAP* pretende explicar a função comunicativa, colocando na categoria de ato de falas direcionados aos falantes as interjeições, e na categoria de atos de fala direcionados aos ouvintes os vocativos, tendo cada um deles suas respectivas estruturas sintáticas e traços morfológicos.

Sugerimos e investigaremos ainda a possibilidade de compreender a estrutura, tal como a apresentada abaixo, como *small clauses* a exemplo das leituras sugeridas em (31).

- (31) a. Maria, **sua** linda! (Maria, tu és linda!)
 b. Luke, **seu** sapeca! (Luke, tu és sapeca!)

Dados os exemplos acima, sobre os quais discorreremos mais profundamente em seções posteriores, parece-nos mais plausível a leitura de uma pequena sentença, a qual é favorecida pelo contexto, em detrimento à leitura de pronome de tratamento que alguns trabalhos associam a forma **seus**.

Ainda observando os exemplos em (31) e relacionando-os à proposta de Hill (2007), a presença de uma estrutura que projeta vocativo e interjeição em nós distintos, sugere-nos a possibilidade de entender que uma estrutura semelhante poderia ser associada às sentenças como as apresentadas abaixo.

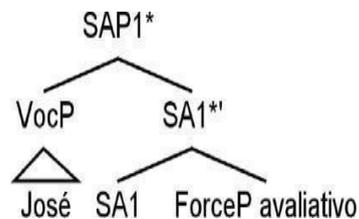
- (32) a. Eita, **sua** linda, vamos logo!

- b. Eita, sô, vamos logo!
- c. *Eita, **sua**, vamos logo!
- d. Eita, linda, vamos logo!

Nos exemplos acima, vemos que a interjeição pode aparecer junto à forma **seu** pode ocorrer nas mesmas sentenças que as interjeições. Contudo, diferente do que acontece com a partícula *sô*, que aparece isolada na sentença (32b), a forma **seu** não apresenta essa característica.

2.1.2 A ordem sintática das construções com vocativo

No PB, a ordem básica para a construção de vocativo é aquela em que este constituinte está em posição inicial. Para tratar esse tipo de construção considera-se que termo vocativo, por meio da operação Merge, é inserido na posição de especificador, conforme apresentado na figura abaixo.



Nesse contexto, o vocativo é o primeiro constituinte da construção e é classificado como avaliativo, havendo uma relação dêitica entre os elementos que compõem os constituintes. Em estruturas como a apresentada acima, Moreira (2008) afirma que o vocativo desempenha função de chamamento, assim como ocorre nos exemplos abaixo:

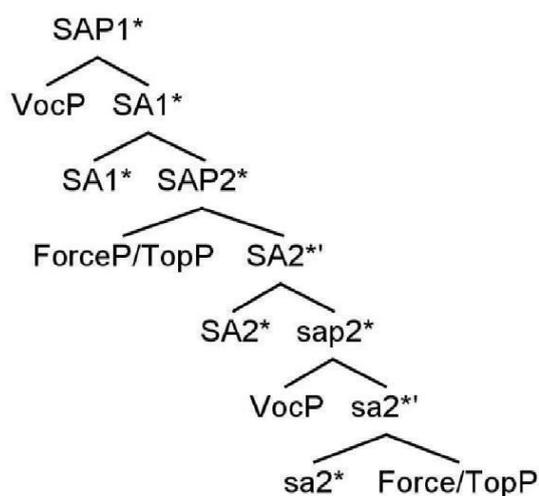
- (33) a. José, *meu* amigo.
 b. Minha amiga, coma legume

Cabe destacar aqui que na sentença (33a) o uso da forma de segunda pessoa **seu** não parece ser uma possibilidade, haja vista que implicaria em uma construção agramatical, a mesma coisa se aplica à sentença (33b)

No que concerne à relação entre vocativo e tópico Hill & Stavrou (2013) propõem que há estruturas vocativas que permitem alojar os constituintes topicalizados, e essas categorias estariam localizadas acima de SAP1* e SAP2*.

Em sua pesquisa, cujo foco é a relação entre a sintaxe e a pragmática, há uma configuração arbórea na qual se destaca que o tópico, situado em SAP, não se relaciona com os constituintes argumentais, impossibilitando o seu movimento de uma posição de tópico para outra em algumas línguas como, por exemplo, o romeno.

Contudo, em línguas como o PB há evidências, segundo as autoras, de que não há a necessidade de duas categorias discursivas que alojem o tópico, logo há apenas uma posição de tópico que é situada abaixo de SAP1



Dada a configuração apresentada acima, quando há topicalização, o vocativo se move, sendo inserido em SAP2* e recebe a leitura de destinatário.

Em exemplos como o apresentado em (34) é possível observar a ordem que o tópico precede o vocativo, sendo licenciado, portanto, em Spec, SAP2*, posição abaixo de SAP1*, e que o vocativo "amigas" recebe a leitura de destinatário."

- (34) a. O livro, amiga, nós esquecemos na biblioteca.

Ao relacionarmos a estrutura apresentada pelas autoras àquela na qual se insere o nosso fenômeno, observamos que ao introduzir no vocativo o pronome possessivo de 1º pessoa a sentença não demonstra problemas no que tange à gramaticalidade, como visto em (35).

Contudo, ao substituirmos o pronome possessivo de 1º pessoa, por um possessivo de 3º pessoa, constata-se que a gramaticalidade da sentença pode ser prejudicada como em (35b) ou se manter íntegra como em (35c). Essas leituras, sobre as quais discorreremos em capítulos posteriores, parecem ser licenciadas pela natureza do nome com o qual o pronome possessivo está relacionado.

- (35) a. O livro, minha amiga, nós esquecemos na biblioteca.
 b. *O livro, sua amiga, nós esquecemos na biblioteca.
 c. O livro, **sua** doida, nós esquecemos na biblioteca.

Tomando ainda as possibilidades de arranjos sintáticos com a forma **seu** em estruturas vocativas, parece-nos oportuno apresentar algumas considerações sobre as partículas vocativas, haja vista que o comportamento sintático delas permitirá construir um quadro mais completo que a diferencia do nosso objeto de pesquisa.

2.1.3 As partículas vocativas

As partículas vocativas são, de maneira geral, tratadas pela gramática tradicional como interjeições. Contudo, estudos como os realizados por Moreira (2018), Hill & Stavrou (2013), Marques (1993) e Carvalho (2010) pontuam que elas são morfemas que podem ser livres ou vinculados a uma interjeição, podendo ainda se transformarem em sufixos.

Ademais, é possível visualizarmos, no PB, alguns pronomes possessivos,

bem como o item **seu**, que podem ser considerados como partículas vocativas, devido ao fato de cumprirem os requisitos apresentados nos estudos acima, tal como vemos nos exemplos que seguem:

- (36) a. Ô *meu*, pega o livro por gentileza.
b. Pega o livro por gentileza, ô *meu*.
c. *Meu*, que maluquice!

Vemos nos exemplos, que tanto em posição inicial ou final da sentença, bem como seguido ou não por interjeição, o pronome possessivo pode ser compreendido, dentro desta estrutura sintática, como partícula vocativa. Não obstante, apesar de se encontrar em um mesmo contexto sintático o item **seu** parece não funcionar da mesma maneira, haja vista que ele não ocorre com uma interjeição sem a presença de um adjetivo.

- (37) a. *Ô **seu**, pega o livro para mim.
b. Ô **seu** lindo, pega o livro para mim.
c. Pega o livro, ô *meu*, por gentileza.

A título de maior esclarecimento, na página a seguir observa-se que a discussão segue com um agrupamento maior de exemplos, organizados de modo a ilustrar de maneira mais consistente o fenômeno discutido neste trabalho.

A tabela abaixo, construída por Hill & Stavrou (2013), elencam as partículas vocativas presentes em várias outras línguas

Tabela de partículas vocativas

Language	Particle	Optinoal Presence	Formal Interpret.	Source
Arabic	Ya+	+	-	http://corpus.quran.com/documentaion.jsp
	+umma	-	+	
Bulgarian	(a)be/bre	+	-	Olga Mladenova- pc.
	+le	+	-	
	Ma	+	-	
Greek	Vre	+	-	Tsoulas & Alexiadou (2005)
	(mo)re	+	-	
Korean	+(y)a	-	-	Sohn (2001:134)
	+nim	-	+	
Portuguese	pá	+	-	Carvalho (2010)
	Ó	+	-	
Romanian	măi (mä'/fă/bă)	+	-	Hill (2007)
	Bre	+	-	
	Tu	+	-	Zafiu (2003)
Telugu	+gA-rU	-	+	Arden (1905)
	E-mOy+/E-mma+	+	-	
Toda	+(y)as	-	+/-	Emeneau (1984)
Umbundu	A+	-	+/-	Frank Collins p.c.
	Epa	+	-	

Para além das partículas listadas acima, no PB, há também a presença da partícula *sô*, muito comum no dialeto rural e compreendida como forma reduzida do pronome de tratamento *senhor* utilizado em contexto de vocativo. Isto posto, nosso olhar para este item se justifica pela relação que se estabelece entre a forma **seu**, a partícula *sô* e o pronome de tratamento *senhor*, os quais, por vezes, são, equivocadamente, tomados como sinônimos.

No que tange a utilização da partícula *sô*, alguns estudos, a exemplo dos realizados por Moreira e Alkimin (2013), discorrem sobre o processo de gramaticalização pelo qual passa o item *senhor*, o qual é gradualmente inserido como vocativo e está localizado na posição final das sentenças. Ainda sobre esses processos, aponta-se também que em decorrência deste processo essa partícula sofre a perda do seu conteúdo fônico e semântico.

Esse processo é exemplificado por Moreira (2013) com sentenças que atestam o uso das interjeições acompanhando a referida partícula tal como demonstraremos nos exemplos que seguem

- (38) a. Leve para casa, ô *sô*.
b. Ih, *sô*, eu nem imaginava.

Além dos exemplos apresentados em (38), a autora aponta para outras ocorrências de interjeições e da partícula *sô* em diferentes posições dentro da estrutura da sentença. Nesse contexto, destacamos aqui a perda do conteúdo semântico, pois nos parece plausível argumentar que como o item não mais poderá ser compreendido da mesma maneira como o item do qual se origina, tampouco o pronome *seu* poderá ser associado ao pronome de tratamento *senhor*.

Destaca-se também, conforme aponta Ramos (2010), a mudança gramatical de nome para pronome, de modo que a localização da palavra *senhor* em posição final, inicial ou no meio da sentença seria uma justificativa para a pronominalização de *senhor*.

Essas considerações nos apontam para a possibilidade de gramaticalização do item **seu** sobre a qual discorreremos posteriormente, uma vez que será necessário checar se, assim como acontece com as formas *sô* e *senhor*, há uma modificação dos traços que compõem esses elementos.

Se consideramos os elementos mencionados acima e a forma **seus**, percebemos que, no contexto no qual a forma é empregada, não favorece a correspondência entre a forma **seus** e *senhor* como já exemplificado anteriormente e reapresentado no exemplo que segue só a título de explicitação.

- (39) a. Tudo bem, seu Antônio?
b. Pare de brincadeira, **seu** sapeca.
c. Para com isso, **seu** louco.

Diante dos exemplos apresentados em (39), visualizamos, claramente, a correspondência do item **seu** em (39a) com o pronome de tratamento *senhor*. Contudo, a mesma correspondência não parece ser possível em (39b) e (39c). Destaca-se ainda a possibilidade de realização dos vocativos presentes em 39 em qualquer uma das três posições sintáticas elencadas anteriormente, bem como a coocorrência desses elementos com as interjeições.

A partícula vocativa *pá* também é apresentada pela autora como a consequência da redução da palavra *rapaz*, sendo empregada principalmente no estado de Pernambuco. A autora pontua também a ocorrência desta partícula em posição inicial, intermediária e no final da sentença, bem como ressalta a ocorrência dela de maneira isolada.

Há em seu trabalho a conclusão de que a partícula *pá* seria realizada nos mesmos contextos nos quais se inserem os vocativos plenos, com uma ressalva a ocorrência em posição inicial da sentença está condicionada ao uso da interjeição a sua esquerda, tal como ocorre com a partícula *sô*. Logo, essas partículas são consideradas clítics, dada a necessidade de estarem ancoradas a outro elemento. No que concerne ao nosso estudo, o item **seu** assume a característica de clítico quando na função específica do seu estudo, já que não pode haver apenas a sua realização isolada, diferente da forma possessiva que pode.

3 QUADRO TEÓRICO

Introdução

Buscando se inserir numa agenda de estudos gerativistas, nossa proposta caminha para a compreensão dos traços e contextos sintáticos que podem vir a descrever a natureza do item **seu** em ambiente específico. Para tanto, a observação no que se refere ao modelo minimalista, assim como o levantamento sobre alguns dos estudos que abordam o nosso objeto de análise, são de extrema importância.

À vista disso, propomos para esta seção um apanhado de estudos e teorias que fundamentam nossa proposta de análise, sendo imprescindível apresentação do modelo teórico sobre o qual está ancorado nosso trabalho: o programa minimalista, Chomsky (1998 e seguintes). Posteriormente, apresentaremos uma revisão de literatura, elencando estudos, tais como os realizados por Mulle (1997), Castro (2006), Cerqueira (1996) e Adger (2002).

3.1 A Teoria Gerativa: o modelo minimalista

O Programa Minimalista (PM), formulado por Chomsky (1995), apresenta uma abordagem para os estudos gerativos em uma versão mais enxuta explicitada no modelo de Princípios e Parâmetros. Ele se empenha, portanto, em eliminar níveis conceituais que se sobrepõem na formação de uma sentença. Desse modo, e partindo do reducionismo, o PM torna a teoria mais explicativa por meio da menor quantidade de recursos possíveis.

Ao tornar a teoria mais explicativa com um menor número de pressupostos, reforça-se o que nela é universal, promovendo assim uma maior clareza nos aspectos que descrevem uma ou outra língua diante da checagem de características sintáticas dessas línguas.

Um dos mecanismos apresentados nessa roupagem do PM é a noção de que o movimento não é mais tão livre, o que permite que ela aconteça apenas quando necessário para que possamos produzir elementos sintáticos que sejam interpretados em outras interfaces, conforme aponta Hornstein (2005). Essa ferramenta parece ser muito útil para explicar a diferença entre as línguas.

Tal simplificação buscou elencar propriedades mais gerais que contemplassem as variedades de línguas existentes dentro da concepção de Gramática Universal (GU). Desse modo, por meio de um número mais enxuto de propriedades e explicando o maior número de línguas possíveis, a teoria se reconfigura e atende aos princípios da GU.

Compreendendo a mente humana como um organismo dotado da Faculdade da Linguagem (FL), a Teoria Gerativa ratifica a capacidade que o ser humano tem de adquirir uma língua. Como componente da FL, o homem tem a possibilidade de gerar descrições estruturais que são propriedades fonéticas e semânticas das línguas, tais descrições são as expressões da língua.

Um estudo linguístico na perspectiva gerativa aponta, antes de tudo, para o conhecimento tácito que temos da língua, sendo esse conhecimento de ordem interna, cognitiva e intensional (com S). Esse conhecimento é o que a Teoria Gerativa apresenta como Língua- I.

Isto posto, Chomsky (1995 e posteriores), entende que o conhecimento de uma língua é o estado na mente do indivíduo que se constitui por meio de dois elementos fundamentais que são o léxico e um sistema computacional.

Nessa perspectiva, cabe ao léxico alimentar o sistema computacional com informações que orientem para a composição de uma estrutura sintática, e cabe a esta estrutura alimentar os sistemas de desempenho linguístico, ou seja, o sistema articulatório-perceptual e o conceitual-intencional. Esses, por sua vez, são componentes dos subsistemas de interface que correspondem à forma fonética e a forma lógica.

Nesse sentido, o PM propõe uma análise de como a teoria linguística compreende a natureza das informações presentes no léxico, como essas informações são acessadas pelo sistema computacional e que relações são estabelecidas para que possamos externar o nosso conhecimento linguístico.

No intuito de elucidar essas questões, compreender a constituição dos traços do item **seu** aparenta ser um caminho plausível para buscar a resposta para a nossa hipótese central que se formula ao questionar quais traços distinguem a forma **seu**, no contexto de vocativo, dos demais pronomes.

Na busca pela resposta a essas questões, partimos do pressuposto que o léxico é o idiosincrasia, sendo compreendido como um componente da Língua-I, no intuito de apreender como as informações nele apresentadas são reorganizadas dentro do sistema computacional. Dito isto, os traços, informações codificadas no léxico, aparentam ser os elementos importantes para compreensão de quais interpretações podem ser associadas a esse item.

Dado o exposto, cabe-nos mais uma questão: quais traços presentes no nosso objeto de análise podem permitir uma leitura que o difere dos demais pronomes possessivos e de tratamento? Seriam os traços semânticos, fonológicos ou formais? Sobre estes, discorreremos nos itens que seguem.

3.2 Traços e Caso

Na perspectiva minimalista, traços podem ser concebidos como elementos mínimos que constituem a gramática de uma língua. Presentes na derivação, esses elementos se relacionam de modo que suas propriedades e características podem ser valoradas e se manifestam nos diferentes módulos da gramática. O estudo deles se faz importante na medida que a definição desses traços pode alicerçar um modelo de análise da língua, conforme aponta Carvalho (2012, p.113)

Sendo assim, as restrições que delimitam uma teoria de traços devem ser robustas e definidas de tal forma que possam servir de desiderato teórico para a constituição de um modelo de análise de língua. Em outras palavras, uma teoria que defina a estrutura dos traços da gramática de uma língua deve servir de modelo para determinar a estrutura própria de uma língua, uma vez que aqueles são seus elementos mais atômicos e formam todo e qualquer elemento desta.

Os traços podem ser compreendidos, portanto, como os primeiros elementos da gramática, uma vez que eles são as unidades mínimas da língua. Essa unidade colocada em relação e estabelecendo contrastes com outras unidades mínimas permitem estabelecer distinções entre os elementos que compõem um sistema linguístico. Os sistemas de traços são organizados e dispostos geometricamente e hierarquicamente, de modo que as regras aplicadas a um conjunto deles definirão a classe destes. Em nossa pesquisa, pontuamos de maneira mais específica aqueles que compõem o traço de caso.

Sendo assim, cabe destacar, também, que cada item lexical é formado por traços semânticos, fonológicos e formais. Os traços semânticos têm a função de transmitir conteúdo semântico ao item lexical, conforme pontuam Lopes e Quadros (2005, p.07) citados por Carvalho (2012) “assume-se que os traços interpretáveis fazem parte de um léxico universal e, por não terem um papel no sistema computacional e serem objetos legítimos para a interpretação pelo componente semântico, não seriam traços parametrizáveis”.

Já os traços fonológicos determinam o conteúdo fonético dos itens lexicais e são relevantes para os sistemas articulatório-perceptual. Por fim, os traços formais são acessíveis ao sistema computacional e se diferenciam de maneira significativa as quais se refletem na derivação. No que diz respeito aos traços de Caso, é importante destacar que estes não são interpretáveis nas interfaces conceitual- intencional.

Cabe pontuar ainda o conceito de caso, conforme apresenta Carvalho (2012), como uma relação que pode ser semanticamente associada, ou não, entre um DP e seu contexto sintático. Sendo os Casos inerentes semanticamente associados, e estruturais não.

Nesse cenário, em algumas línguas, a exemplo do Latim e do Alemão, a marcação casual é morfológica, ou seja, é possível verificar na palavra um morfema que atribui caso. Já em línguas como o Português, essa marcação é abstrata, isto é, o papel semântico se torna visível de acordo com a posição que o DP ocupa na sentença. Logo, para o PB, a ordem que os elementos ocupam na sentença é fundamental para a interpretação do Caso.

Ainda no que tange ao PB, é possível observar uma flexibilidade no que diz respeito à atribuição de caso pronominal, haja vista que alguns pronomes, a exemplo do pronome nominativo, podem ocupar a posição de objeto do verbo. Outro exemplo claro desta flexibilização, diz respeito às formas *você* e *a gente* as quais podem ocupar qualquer lugar da sentença. Contudo, vale ressaltar que algumas formas pronominais estão restritas a contextos sintáticos específicos, a exemplo do pronome *mim* que, no PB, aparece após as preposições.

Ainda sobre esta questão, observa-se que, em sentenças encaixadas a presença dos pronomes *eu* e *mim* podem ocorrer sem prejuízo à gramaticalidade da sentença ou questionamento quanto às suas significações, ou seja, a mesma interpretação é atribuída aos dois pronomes, o que não ocorre com a forma **seu** quando empregada em contexto de vocativo.

A atribuição de caso às formas pronominais seria, então, explicada como resultados das operações sintáticas, sendo necessária uma ampliação da noção de caso conforme aponta Carvalho.

a forma e a função do DP pronominal derivam do resultado das operações sintáticas das quais ele participa, nas quais seus traços, inclusive os de caso, serão valorados, mais condizente com uma proposta minimalista de caso. Um mecanismo assim pode ser alcançado através de uma expansão da na noção da categoria *caso*: os tradicionais casos abstratos (*nominativo, acusativo, dativo* etc.) parecem obedecer a uma composição de elementos mais atômicos e a combinação desses elementos é que vai determinar, em PF, a função do DP pronominal e sua consequente forma final. (Carvalho, 2012, p.10)

Por meio dessa ampliação, pode ser possível explicar o sincretismo de algumas formas pronominais, uma vez que a morfologia do pronome não limitaria a distribuição dele na sentença, desconstruindo o problema que vincula a função pronominal a sua forma.

Tal fenômeno parece ser relevante para este trabalho, uma vez que nele se questiona a natureza da forma **seu** em determinado contexto sintático, o que inclui a classificação desta forma e a natureza composicional de seus traços. Isso posto, Carvalho em seu estudo sobre o caso *default* e o sincretismo pronominal do PB, pontua que.

Morfologicamente, a maioria das pessoas pronominais parecem não depender de outro mecanismo gramatical, tal como caso, além dos traços pessoa, número e gênero (traços- ϕ), para sua definição formal, uma vez que suas formas morfológicas são restritas apenas, na maioria dos casos, à “nominativa”. Entretanto, a especificação de traços ϕ não é suficiente para explicar como *eu* pode aparecer em todas as posições argumentais, em (1), substituindo as outras formas, que denomino *casuais*, de primeira pessoa (*me, mim, meu, minha...*) vistas em (2). (Carvalho, 2014, p.01)

McFadden (2007) *apud* Carvalho (2002) sinaliza que um conjunto de traços binários são meios para lidar com o caso *default*. Isso se dá, segundo o autor, por meio da decomposição de traços de uma categoria, a exemplo da categoria pessoa que apresentaria os traços [+falante, +ouvinte]. Esse fato explicaria o motivo pelo qual a mesma forma pode aparecer com mais de uma função gramatical.

O autor aponta dois fatores para a explicação do sincretismo, os quais motivam a decomposição dos traços, são eles: a possibilidade de uma descrição mais simples dos padrões de sincretismo nas línguas e a possibilidade mais robusta de se explicar o motivo de alguns sincretismos serem realizados e outros não.

Assim, de acordo com McFadden, cada traço deve ter motivação independente da forma morfológica da categoria que ele define. Agrega-se a essa ideia o fato de uma decomposição das categorias em traços considerar noções que passam pela sintaxe e pela semântica. Desse modo, McFadden assinala que ao estabelecer um traço para dar conta de um sincretismo, deve-se também apresentar as regras de sua atribuição. Tal afirmativa seria útil para explicar o caso *default*.

No que diz respeito a este caso, o *default*, o autor propõe que em línguas, com sistema de marcação de caso morfológico, o caso *default* seria caracterizado pela ausência na marcação de caso, ou seja, ele seria uma característica da categoria de caso. Sendo assim, o nominativo seria uma categoria *default* e não, necessariamente, a forma pronominal que o representa. Portanto, o nominativo seria a ausência da atribuição de outros casos.

Nesse ponto, cabe-nos supor sobre a possibilidade de ausência de atribuição de um caso à forma **seu** quando ela é empregada em contexto de vocativo, assim como ocorre com os pronomes nominativos em determinados contextos sintáticos. De acordo com esta hipótese, no PB, o nominativo é a forma *default*.

McFadden estende a proposta para casos oblíquos adotando o traço [genitivo] o qual é altamente restrito, ou seja, só preposições genitivas podem atribuir. Ainda para o autor se um DP tradicionalmente genitivo não receber o traço [+genitivo] ele poderá assumir a forma de um DP dativo, mantendo, entretanto, sua interpretação dativa. O dativo surge, portanto, como uma opção menos marcada no que diz respeito aos oblíquos.

Para além da noção de *default*, a noção de *deficiência* também pode ser uma possibilidade para a explicação do sincretismo, haja vista que esta noção compreende que um pronome deficiente como aquele que apresenta a carência de pelo menos um traço, o que explicaria a distribuição do pronome na sentença.

Cardinaletti e Starke (1999), pontuam que as categorias sintáticas são baseadas na noção de *deficiência*, isto é, um pronome que carece de minimamente um traço é considerado deficiente, sendo esta noção a responsável pela distribuição do pronome na sentença;

Nessa perspectiva, a noção de *deficiência* se aproxima da categoria *default*, uma vez que um elemento considerado *default* seria aquele que apresenta sua forma maximamente subespecificado. Um elemento subespecificado, por sua vez, pode ser compreendido como aquele que em sua composição apresenta apenas os traços que definem sua categoria mais geral, ou seja, traços minimamente distintivos.

No que diz respeito ao PB, formas como o masculino ou o singular seriam exemplos de forma maximamente subespecificadas, pois a forma plural exige a especificação maior de que 1 (um) e a forma feminina também exige especificação. Carvalho amplia essa noção para o caso abstrato, pontuando que “a subespecificação de traços de caso se dá naturalmente apenas pela ausência de traços, cujos valores serão sempre positivos, uma vez que traços negativamente marcados não são representados.” (Carvalho, 2012, p.17). Nesse sentido, os casos aparecem se possuírem valor positivo e respeitarem uma dependência estrutural.

De maneira mais ampla, o trabalho de Carvalho (2012) apresenta que o caso nominativo parece ser predominante em relação ao sincretismo pronominal do PB, aparecendo como mais de um caso. Já outras formas, a exemplo dos pronomes: *se*, *comigo*, *conosco*, *meu* e *sua*, são mais restritas a determinados casos. A explicação para esta hierarquia é dada por meio da decomposição das funções desses pronomes.

Segundo Carvalho (2012), os casos do PB podem ser separados da seguinte forma: os casos que são estabelecidos na relação entre o verbo e seus argumentos (nominativo e acusativo), e os que não se relacionam com a argumentação verbal. Os casos estruturais, não estão ligados ao licenciamento do DP, sendo sua interpretação dependente do onde os traços formais são valorados. Os casos oblíquos, por sua vez, possuem traços específicos, haja vista que o licenciamento deles independem de traços formais presentes no DP.

Ressalta-se aqui que os traços de caso não apresentam conteúdo semântico e devem ser derivados das relações sintáticos-semânticos das quais participa. Dito de outra forma, a estipulação de um traço deve levar em conta as condições sintáticas e semânticas em detrimento do conteúdo semântico da forma pronominal.

Isto posto Carvalho (2012, p. 18) apresenta a seguinte geometria para o caso em PB:

[C[OBLÍQUO[GENITIVO]]]

De acordo com essa representação, a distribuição de um pronome na sentença será mais abrangente quando os traços para o caso forem menos especificados. Com essa proposta, a forma nominativa permanece como aquela em que a restrição é quase inexistente. Já no que diz respeito aos demais pronomes do PB, a representação dos seus traços de caso dependerá do mecanismo de val sentença desses traços.

Ainda segundo o autor, no que diz respeito aos possessivos, pressupõe-se que a atribuição de valor de caso proposta para o nível da sentença ocorre no âmbito do DP, e sendo o POSS o elemento responsável pelo licenciamento do genitivo, é ele que atribui valor ao [GENITIVO] no contexto nominal.

A manifestação do genitivo dependerá, portanto, de sua estrutura interna, conforme sustentado neste contexto. Assim, uma vez que DPs não pronominais

em PB não apresentam uma forma específica para diferentes casos, ou seja, não possuem uma especificação do não pronominal para a forma possessiva (nem mesmo uma morfologia indicativa própria, como observado no inglês), sua representação será indicada.

Isso ocorre mesmo em idiomas que possuem uma forma específica para o genitivo, como o inglês. Já em relação aos pronomes, observa-se que as formas mais especificadas seria *mais* e *igentes*, conforme aponta o autor apresentando como exemplo os pronomes possessivos do Inglês

A realização de *my* (meu/minha) depende da especificação do conjunto de caso do DP pronominal. Se este pronome é especificado para os traços [uC[OBL[GEN]]], então ele gerará a forma *my* pois todos os traços são codificados (e valorados) pelo alvo. Mas, se o pronome for subespecificado para qualquer traço da árvore de caso, outra forma, menos específica, aparecerá (Carvalho, 2012, p.22).

Nessa perspectiva, o que definirá as formas e as posições dos elementos nas sentenças são os traços de caso e a possibilidade de diferentes formas ocuparem o mesmo lugar na sentença decorre da especificação de diferentes traços de caso. Essa observação parece nos mostrar um caminho para compreender o uso da forma **seu** quando empregada no contexto vocativo, posto que o contexto sintático no qual ela está inserida, como também os traços que estabelecem a relação de posse, parecem não ser a como possessiva mediante a introdução de uma preposição valorados, diferente do que ocorre em outros contextos, conforme aponta Carvalho (2012)

3.3 Os possessivos: revisão de literatura

3.3.1 Os pronomes possessivos segundo Müller (1997)

Müller (1997), em sua tese intitulada *Gramática das formas possessivas do Português no Brasil*, examina a sintaxe e a semântica dos possessivos *seu* e *dele* com o objetivo de checar a relação anafórica entre os possessivos e seus antecedentes, bem como a relação entre o pronome possessivo e os argumentos genitivos de um SN, além de verificar as diferentes funções sintáticas do pronome possessivo conforme a posição que ele ocupa no SN.

Em seu trabalho, ancorado no arcabouço teórico teoria Gerativa, Muller (1997) propõem que o pronome possessivo seu é uma anáfora, uma vez que, segundo a autora, pode ser interpretado como um quantificador universal, ao contrário do que ocorre com o pronome dele, que recupera seus antecedentes referenciais, sobre este aspecto cabe destacar que o nosso objeto de análise não há um caráter anafórico associado a forma seu, o que corrobora com a nossa hipótese de que o item em análise pode ser outra coisa que não uma forma possessiva. Sobre a relação entre a sintaxe e a semântica, Müller (1997, p.13) pontua que:

Da semântica de valor de verdade a tese assume o pressuposto de que a sintaxe e a semântica, em algum nível, andam juntas e que estruturas sintáticas possuem um significado por se estruturarem daquela forma e não de outra. Assume também que o significado, em última instância, é uma relação entre a linguagem e o mundo - algum mundo - externo a ela.

Ainda sobre esse aspecto, a autora afirma que sua análise é descritiva e busca compreender, de maneira mais detalhada, o comportamento dos pronomes em questão. No que tange ao trabalho apresentado, ela inicia, nos dois primeiros capítulos, a fundamentação teórica do seu estudo, discutindo a noção de denotação e de referência presentes na filosofia e que se relacionam diretamente com as noções de verdade que podem ser atribuídas nas relações anafóricas.

3.3.2 Sobre as noções de referência

Frege, no final do século XIX, postula para os sintagmas nominais uma diferença entre seu sentido (Sinn) e sua referência (Bedeutung). Sobre essas questões, Müller (1997) pondera que a noção de referência mais aceita é a filosófica, onde se entende a referência como um aspecto do enunciado, o qual é dependente do contexto. Tal definição é também a adotada por Lyons (1997) em seu manual de introdução à semântica.

A autora apresenta também a noção de referência presente em Ducrot (1984) a qual aponta que referir pode ser compreendido como falar sobre, o que pode ser desde algo determinado, coisa ou indivíduo até um evento. Ainda sobre as relações anafóricas entre os sintagmas nominais, a autora sinaliza sobre os limites sintáticos referentes ao estabelecimento das relações anafóricas entre os sintagmas nominais, descrevendo a Teoria da Regência e Ligação de Chomsky (1981), bem como as visões de Reinhart (1983). No capítulo posterior, a autora se debruça sobre dados de pesquisas com as formas pronominais *seu/dele* concluindo que o este é comumente utilizado para a retomada de antecedentes referenciais e aqueles não referenciais.

Ainda sobre a análise dessas formas pronominais, Müller (1997) define o que é um argumento nominal genitivo e investiga a estrutura do sintagma nominal com esses argumentos o que reflete no sexto capítulo, haja vista que ele investiga a estrutura do sintagma nominal possessivizado. O sétimo capítulo discute sobre o papel semântico do pronome possessivo, bem como sua posição estrutural e funções sintáticas.

Em seu terceiro capítulo, a autora discute estudos baseados nos corpora verificando a alternância do *seu* vs *dele*, neste mesmo trecho de sua tese ela também aponta para um possível desaparecimento do pronome *seu*. Em sua análise, ela verifica uma frequência maior no uso da forma possessiva *dele*, considerando-se os dados presentes no projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil (Projeto NURC).

Para além da ocorrência, a forma pronominal *dele* também foi mais frequente quando retomava sintagmas nominais específicos. No que concerne à forma pronominal *seu* a sua presença mostrou-se majoritariamente frequente sempre que o antecedente for um sintagma nominal quantificado. Por fim, a autora conclui que a forma pronominal *seu* apresenta comportamento de variável presa, enquanto a forma pronominal *dele* é uma forma pronominal livre, o que se contrapõe ao nosso objeto de estudo.

Ao mencionar um estudo realizado por Almeida (1993), a autora discorre sobre a relação entre as formas pronominais e os SNs observando as possibilidades de anáforas e checando as relações de concordância entre os pronomes e seus referentes. O corpus analisado apontou para a ocorrência do

pronome *seu* sempre que o referente era um nome próprio.

Em conclusão sobre o trabalho apresentado por Almeida (1993), Müller afirma que a forma possessiva *seu* se comporta ora como uma anáfora, ora como um pronome o que segundo ela causa problemas para a teoria de Regência e Ligação, Chomsky (1981), como pontuado anteriormente.

Dados analisados por Müller (1997) apontam ainda que o possessivo *seu* exige um antecedente que deve c-comandar o possessivo a partir de uma posição argumental. Müller (1997, p.79) pontua também que o pronome *seu* “não se comporta como um dêitico, pois não pode buscar livremente seu antecedente no contexto.”

Os argumentos que tratam os pronomes como expressões anafóricas também são apresentados por Reinhard & Reunad (1993) *apud* Müller (1997) onde os autores classificam os pronomes como expressões anafóricas como: SELF, SE e pronomes devido à capacidade que eles têm de transformar predicativos transitivos em predicativos reflexivos.

De acordo com Müller o pronome *seu* é classificado como SE [-reflexivo] [-independência referencial] e tivo nominal. A autora elenca algumas características sobre a natureza deste pronome, são elas: i) ele será sempre c-comandado por seu antecedente; ii) ele c-comanda qualquer outro elemento do SN; iii) ele e sua anáfora formam uma cadeia havendo sempre a necessidade de verificação de traços entre eles.

Um elemento que julgamos bastante relevante sobre a tese em questão diz respeito ao capítulo de número IV no qual a autora observa o comportamento sintático e semântico dessas formas em diferentes contextos. Nesse contexto, há uma observação sobre como as formas possessivas causavam problema para teoria da ligação de Chomsky (1981), uma vez que, Segundo Müller (1997, p.88) os pronomes possessivos, entre eles a forma *seu* parecem obedecer a princípios distintos comportando-se ora como anáfora, ora como pronome.

O comportamento dos referidos pronomes, investigados pela autora ao longo de sua pesquisa, nos aponta para outras possibilidades de compreender a forma ***seu*** mesmo fora do reconto sintático no qual esta tese está inseridos. Uma vez que ao longo dos anos outras formas de uso do pronome podem ser verificadas.

3.3.3 Os pronomes possessivos segundo Castro (2006)

Por sua vez, Castro (2006), em sua tese intitulada *on possessive in portuguese*, compara a forma possessiva nas duas variedades do Português, verificando a relação desses pronomes com a presença e/ou a ausência de artigo.

No texto em questão, os pronomes possessivos são considerados em sua totalidade. Contudo, é importante o registro dessas observações para que possamos, posteriormente, fazer um comparativo com o que ocorre com o pronome possessivo.

Em seu trabalho, pontua-se que os SNs em posição de argumento no PE exigem a presença de artigo, já no PB esse artigo pode ser dispensado, conforme é observado no exemplo que segue.

- (40) a. O meu amigo/ meu amigo (PB)
b. Meu amigo (PE)

No âmbito dessa discussão, autores como Lyons (1985,1986), Giorgi e Longobardi (1991) e Schoorlemmer (1998) propõem que as línguas se dividem em dois grupos: um grupo de línguas com possessivos determinantes e outro com possessivos adjetivais.

Segundo esses autores, haveria entre essas línguas uma diferença nos parâmetros de possessivização, o que acarretaria no fato do PB ter possessivos determinantes e o PE possessivos adjetivais. Contudo, posteriormente, outros estudos apontaram que a diferença pode não estar diretamente relacionada aos pronomes possessivos, mas sim ao sistema de determinantes.

3.3.3.1 Parâmetro de possessivização:

Sintaticamente, os possessivos são especificados para serem realizados ora como adjetivos, a exemplo do que acontece em línguas como o Italiano, ora como determinantes, a exemplo do que acontece com o Inglês e o Francês. Tal argumento é corroborado por Lyons (1985) onde se observa que os possessivos se encontram em distribuição complementar assim como ocorre com o artigo, quantificadores e demonstrativos, conforme é possível observar em (41).

- (41) a.* the/a/that/all my shoes
 b. o/um/aquele/todos meus sapatos

Para além da distribuição complementar, é possível verificar também que o possessivo, em posição pré-nominal, condiciona a definitude do SN no Inglês ao contrário do que acontece em outras línguas a exemplo do Italiano. Ainda sobre o parâmetro de possessivização Giorgi e Longobardi (1991) apontam outras propriedades a saber:

I Em Italiano os pronomes podem ocorrer em posição pré e pós nominal ao contrário do que ocorre com o Inglês e o com o Francês

II - O possessivo, em Italiano, pode ser usado como predicado em várias construções, mas não em Inglês e em Francês.

III -No Italiano, os possessivos simples podem ocorrer em contextos de elipse, ao contrário do que ocorre em Inglês e em Francês.

Vale destacar ainda que, conforme Lyons (1985,1986) e Giorgi e Longobardi (1991), no Português por se combinarem com artigos e demonstrativos, os pronomes possessivos são considerados adjetivos.

Schoorlemmer (1998), ao estudar os possessivos, integra ao parâmetro de possessivização as propriedades morfológicas, distribucionais e semânticas dos possessivos em posição pré-nominal, em posição pós-nominal e isoladamente, além de contextos predicativos e de elipse. Sobre os possessivos, Schoorlemmer (1998, p.62) apresenta as generalizações a saber:

- i. os possessivos coocorrem livremente com outros artigos;
- ii. uma construção possessiva com um possessivo definido pode ser indefinida;
- iii. uma forma especial do possessivo é usada em DPs elípticos.

Cabe ainda complementar que, de acordo com o autor, nenhuma língua combina as propriedades i e iii. No que concerne ao uso dos pronomes possessivos no Português, em suas duas variedades, é importante destacar que ele não se enquadra em nenhuma das definições de língua - língua do tipo 1 e línguas do tipo 2 - proposta pela autora. Sendo a língua de tipo 1 aquelas em que o possessivo pode ocorrer em contextos distintos, e as línguas do tipo 2 aquelas em que há duas formas de possessivos, sendo uma para contextos em que o possessivo coocorre juntamente com o artigo e outra em que para contextos isolados.

No que diz respeito a essas observações é importante destacar que, embora sejam complementares, essas propostas ainda não contemplam línguas como o Português, haja vista que ele possui uma forma possessiva que pode tanto ocorrer com determinantes quanto ocorrer isoladamente.

Castro (2006) apresenta alguns argumentos em relação ao parâmetro da possessivação apresentado por Schoorlemmer (1998), o qual propõem que a Língua Portuguesa seja do tipo 1, tais argumentos são:

I - O PB tem possessivos determinantes, o que significa que eles podem ocorrer sem um artigo dentro do SN, como se observa em

II - Na variedade do sul de Portugal os possessivos coocorrem com artigos, contudo, outra forma de possessivo é usada em contextos isolados.

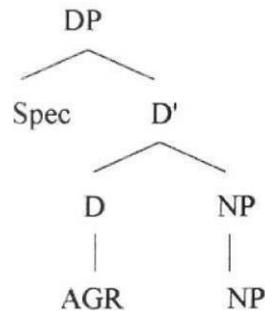
III - Em SNs definidos, os possessivos não podem ser pós-nominais, ao contrário do que acontece em Catalão e Italiano, duas línguas no mesmo grupo.

3.3.4 Os pronomes possessivos segundo Cerqueira (1996)

Cerqueira (1996), em sua tese de doutoramento intitulada *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*, analisa as formas possessivas no PB, considerando as posições desses elementos em relação ao núcleo nominal a que se associa, o que implica em uma distinção semântica, segundo o autor.

Nesse sentido, seu estudo parte da hipótese de que o pronome possessivo é originado no mesmo lugar que o possuidor (pós-nominalmente), movimentando-se, posteriormente, para uma posição pré-nominal. Ancorado no modelo de Princípios e Parâmetros, ele apresenta alguns estudos a exemplo dos realizados por Abney (1987) e Szabolcsi (1983;1984) para justificar a sua tese.

Para o presente trabalho, focaremos nos capítulos III e IV, os quais abordam a estrutura de posse do SN e a sintaxe interna dos possessivos respectivamente. Seguindo a necessidade do recorte, na tese há o destaque para a proposta de Abney (1987), a qual propõe inicialmente uma categoria funcional que se realiza em um núcleo D e toma um SN como complemento, tal como proposto na estrutura arbórea apresentada a seguir.



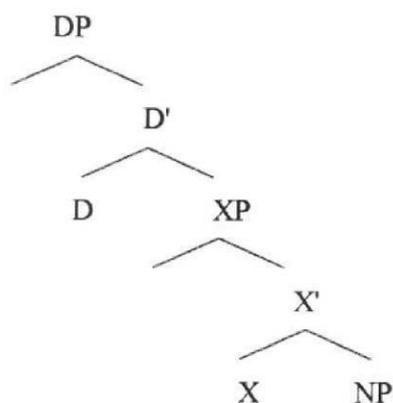
Na proposta apresentada por Abney, AGR e D não coocorrem, pois encontram-se em distribuição complementar, ou seja, artigos e pronomes possessivos não poderiam coocorrer em uma sentença, o que contempla algumas línguas, a exemplo do Inglês, mas não outras como, por exemplo, o Português, conforme observamos nos exemplos abaixo, os quais configuram um problema momentâneo para teoria apontando para a necessidade de uma reformulação.

- (42) a. * My the book
b. O meu livro

Szabolcsi (1983; 1994), por sua vez, ao analisar o Húngaro na relação de posse presente no SN observa que há, na morfologia do sintagma nominal, elementos que atribuem, morfologicamente, caso aos elementos do SN assim como ocorre, paralelamente, com os elementos das sentenças. A autora afirma ainda que além do caso nominativo os possessivos podem também receber o caso dativo, licenciando o uso dos artigos em posição anterior ao possessivo, e propõem as estruturas apresentadas abaixo para equiparar as estruturas do sintagma e da sentença.

3.3.5 Uma hipótese para o DP no Português

Em busca de uma estrutura que possa contemplar a ocorrência concomitante dos artigos e possessivos no SN, o trabalho de Cerqueira (1993), ancorado nos estudos de Abney (1987) e Szabolcsi (1983; 1994), propõe uma nova estrutura arbórea a qual inclui mais uma categoria funcional X para dar conta da coocorrência dos determinantes dos pronomes possessivos apresentada a seguir



Para além da estrutura apresentada, mesmo diante de um avanço e dentro do que propõe o PM a proposta não contempla modelos em que se verifica a coocorrência de outros elementos, tais como os apresentados nos exemplos que seguem:

- (43) a. os chocolates todos meus.
b. todos os meus chocolates.

O trabalho avança buscando uma estrutura que seja capaz de comportar os elementos apresentados nas sentenças acima. Nesse contexto, a proposta de uma estrutura em mini-orações favorece o movimento do possuidor e do possuído uma vez que eles poderiam se mover independentemente, já que a fragmentação dos núcleos favorece a mobilidade. Para além desse argumento, Cerqueira (1996) atribui ainda dois aspectos que justificam essa nova construção: o primeiro está relacionado à presença de um núcleo de atribuição de posse ao núcleo do SN e o segundo refere-se ao debate em torno de um papel temático do possuidor.

3.3.6 A sintaxe interna dos possessivos

Ao observarmos os pronomes possessivos, de modo geral, é possível verificar algumas particularidades no que diz respeito às estruturas sintáticas nas quais eles estão inserindo, o que nos permite verificar algumas particularidades a exemplo do fato de que esses elementos não admitem modificação por meio de um adjetivo ou preposição, conforme mostram os exemplos apresentados pelo autor.

- (44) a. O livro dos alunos estudiosos
 b. *O livro deles estudiosos
 c. *o livro seus estudiosos.
 d. O seu livro bonito.

No que se refere ao contexto de vocativo, a forma **seu** parece ocupar posições semelhantes aquelas que os pronomes possessivos, contudo, é importante observar, a exemplo do que vemos em (45) que a leitura de posse que é possível ser colocada no pronome de primeira pessoa não pode ser c

- (45) a. João, **seu** lindo.
 b. João, **seu** louco.
 c. João, *meu* lindo.

b. João, *meu* louco.

Nos exemplos (45a) e (45b) a interpretação do pronome *seu* mostra-se incompatível com a forma reduzida do pronome de tratamento *senhor*, para além desta interpretação a ideia de posse também não pode ser atribuída nas sentenças apresentadas.

Vale ainda destacar que a forma é modificada pelos adjetivos, seja com carácter positivo ou negativo como *são*, respectivamente, vistos em 40a e 40b. No que tange aos exemplos 40c e 40d, vemos a utilização do pronome *meu* que mantém a interpretação possessiva.

4 COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO DO ITEM LEXICAL *SEU* E SUAS VARIANTES

Introdução

Concebendo o uso do item *seu* dentro do sintagma vocativo, buscaremos, para esta seção, compreender quais as restrições de ordem sintática e/ou semântica podem favorecer ou cercear a leitura de posse ou de pronome de tratamento atribuídas ao referido item.

Para sistematizar mais adequadamente nossa investigação, consideramos dois fatores, são eles:

- i. As categorias gramaticais que podem acompanhar o item *seu* no sintagma vocativo;
- ii. A possibilidade de inversão dessas categorias na ordem da sentença e dentro do sintagma;

Estabelecidos os elementos que nortearão nossa investigação, tentaremos compreender a natureza do nosso objeto, diferenciando-o do pronome possessivo *seu*. Para fazê-lo, retomaremos na presente seção algumas particularidades referentes ao pronome possessivo, com o fito de contrapor as características deste pronome ao nosso objeto de pesquisa.

Para além dessa comparação, observamos o item inserido em duas estruturas que incluem o vocativo, uma constituída por *verbo* + *vocativo* e a outra composta por *vocativo* + *epíteto* + *verbo*. Nossa abordagem, considerando esses cenários sintáticos, esforça-se em comprovar nossa hipótese, demonstrando as diferenças entre o nosso objeto e o pronome possessivo *seu*.

4.1 As categorias gramaticais que podem acompanhar o item *seu* em um sintagma vocativo.

4.1.1 Elementos posicionados à esquerda

Ao considerarmos um contexto de sentenças declarativas, percebemos, no

que tange ao pronome possessivo *seu*, que este pode aparecer acompanhado por alguns elementos, a exemplo dos artigos, quantificadores e demonstrativos, os quais devem estar, geralmente, localizados em posição anterior ao pronome possessivo em questão, tal como é possível verificar nos exemplos que seguem.

- (46) a. Quero saber o *seu* nome./ Quero saber todos os seus nomes
 b. Quero saber seu nome.
 c.*Quero saber *seu* o nome.
- (47) a. Quero ver esse *seu* livro.
 b.*Quero ver *seu* esse livro.
 qc. Quero ver esse livro *seu*.
- (48) a. Quero saber todo *seu* nome.
 b. Quero saber *seu* nome todo.
 c. *Quero saber nome todo *seu*.

Em primeiro plano, destacamos, dados os exemplos acima, a interpretação de posse atribuída a todas as sentenças. Em seguida, podemos notar que, quando há presença do artigo ou demonstrativo, estes ocupam a posição anterior ao possessivo sem problemas. Contudo, o pronome quantificador pode ocupar a posição posterior ao possessivo como visto em (48b).

Vale ressaltar que a complexidade da relação de posse presente nas sentenças do Português não será abordada neste trabalho, uma vez que nosso objetivo aqui é descrever o contexto sintático onde se observa o uso do item *seu* em sintagma vocativo, bem como as implicações para a interpretação desse item dentro deste ambiente sintático.

Logo, as observações aqui apresentadas buscam somente apresentar alguns elementos os quais nos permitirão diferenciar o item *seu* do pronome possessivo homônimo. Nesse sentido, podemos verificar que, em relação ao sintagma vocativo, a presença de elementos, tais como os artigos, quantificadores e os demonstrativos parece não ser uma possibilidade, como pode ser verificado em (49).

- (49) a.*Venha cá, o ***seu*** lindo.

- b. *Venha cá, esse **seu** lindo.
- c. Venha cá, **seu** lindo.

Assim sendo, e tomando como parâmetro de análise a ocorrência dos artigos e demonstrativos, parece claro que o elemento em destaque na sentença acima não permite a ocorrência de artigos ou demonstrativos dentro do sintagma, apresentando, portanto, uma das primeiras características que o distingue do pronome possessivo.

No que diz respeito à presença de um quantificador, a impossibilidade de ocorrência dele é ainda maior em sintagmas vocativos como se observa em (50).

- (50) a. *Venha cá, *todo* **seu** lindo.
- b. *Venha cá, **seu** todo lindo.

Destaca-se ainda que a presença das interjeições é uma possibilidade nesse contexto sintático como visto em (51), sendo possível, ainda, um chamamento antes mesmo da expressão epíteto e da interjeição como é possível verificar em (51c)

- (51) a. Venha cá, ô **seu** lindo.
- b. Ô **seu** lindo, venha cá.
- c. Maria, ô **sua** linda, venha cá.

4.1.2 Elementos posicionados à direita

Para além do elemento que antecede o item, é importante destacar também o elemento que aparece na posição posterior ao nosso objeto, haja vista que a esta estrutura sintática na qual a leitura de posse não é permitida para a forma **seu** parece restringir o uso de algumas palavras situadas em posição posterior à forma em questão, tal como é possível observar nos exemplos que seguem.

- (52) a. Vamos vender esse **seu** terno.
 b. Vamos levar o **seu** carro.
 c. *Vamos levar esse *seu* lindo.
 d. *Vamos vender esse **seu** carinhoso.

Nas sentenças (52a) e (52b) observamos a ocorrência de substantivos em posição posterior ao pronome possessivo. Contudo, a ocorrência de outras categorias gramaticais, a exemplo dos adjetivos e advérbios, não são uma possibilidade para as sentenças possessivas no PB assim como visto nas sentenças (52c) e (52d).

Quanto às sentenças vocativas, verifica-se uma flexibilidade no que tange ao elemento que aparece em posição posterior ao item **seu**. Para estas sentenças, o uso de substantivos aparenta ser mais restrito em detrimento ao uso de adjetivos, como é possível observar em (53).

- (53) a. Quero te_i ver, **seu**_i lindo.
 b. Vem logo, **seu** louco.
 c. Vem logo, **sua** fofa.

Não obstante, é importante destacar que a presença do adjetivo acompanhando o item **seu** parece não ser algo estável, levando-se em conta que nem todos os adjetivos têm potencial para acompanhar o item da mesma maneira causando, portanto, prejuízo à gramaticalidade da sentença como é possível observar em (54).

- (54) a. *Quero te_i ver, **seu**_i amigo.
 b. *Venha pra casa, **seu** amado.
 c. *Vamos logo, **sua** menina.

Os dados acima, mesmo incluídos no enquadramento proposto para nossa investigação, apontam que o uso de alguns adjetivos configura um prejuízo à gramaticalidade da sentença, além de outros elementos inerentes à formação peculiar das estruturas analisadas, tal qual apresentaremos em exemplos posteriores.

Como elemento de comparação, considerando-se o elemento que acompanha o item **seu** dentro do sintagma vocativo, vale destacar que ao permutarmos o item em questão pelo pronome possessivo *meu*, dentro das sentenças acima mencionadas, ampliamos a possibilidade de ocorrências de elementos que podem acompanhar o pronome possessivo de primeira pessoa.

- (55)
- a. Quero te ver, *meu* lindo.
 - b. Vem logo, *meu* maluco.
 - c. Quero te ver, *meu* amigo.
 - d. *Quero te_i ver, teu_i lindo.
 - e. Venha pra casa, *meu* amado.

É importante destacar também que, diferente do que ocorre com o item **seu**, o qual não favorece a leitura de posse, o uso do pronome possessivo de primeira pessoa, mesmo no contexto de vocativo, permite a leitura de posse, sendo esta interpretação verificada em todas as sentenças apresentadas acima.

Com base nos argumentos e exemplos apresentados, podemos perceber algumas peculiaridades no que se refere à ocorrência do item **seu**, dentro do nosso recorte, e elencar algumas das suas características, são elas: a impossibilidade deste elemento aparecer acompanhado por artigo, quantificadores e demonstrativo; a inviabilidade do uso de substantivos em posição posterior ao nosso objeto de análise e a restrição do uso de alguns adjetivos.

A subseção seguinte buscará abordar um outro aspecto relativo às idiossincrasias do item **seu**: a possibilidade de movimento do sintagma dentro das sentenças, bem como a possibilidade de permuta dos elementos que compõem o sintagma, ampliando um pouco mais o olhar sobre as possibilidades de ocorrência do fenômeno no que tange à mobilidade na sentença.

4.2 A possibilidade de inversão da posição sintática da forma **seu** dentro do sintagma vocativo

4.2.1 A ordem da forma **seu** dentro dos sintagmas vocativos simples

Como mencionado em seções anteriores, é característica do sintagma vocativo ocupar lugares diferentes dentro da sentença. Para além da sua localização, a estrutura do vocativo, quando composta pelo item **seu**, parece não permitir a alternância do item com o elemento que o acompanha. Ao contrário do que ocorre quando o sintagma vocativo é composto por pronomes possessivos, como é possível observar nos exemplos que seguem:

- (56) a. Venha me ver, **seu** lindo.
 b. *Venha me ver, lindo **seu**.
 c.* Quero te ver, teu lindo.

- (57) a. Venha me ver, *meu* amor.
 b. Venha me ver, *meu* amor.

Nessas sentenças, percebe-se que a estrutura do sintagma vocativo, quando composta por um pronome possessivo (56), permite a permuta entre o possessivo e o elemento que o acompanha dentro do sintagma, diferente do que ocorre quando o item **seu** está presente na composição do sintagma vocativo a exemplo das sentenças presentes em (56).

Há de se destacar, também, uma característica comum ao pronome possessivo e ao item **seu**, qual seja o fato de que ambos não podem aparecer sozinhos na sentença vocativa, estando, portanto, obrigatoriamente relacionados ao elemento que os acompanha, estabelecendo com ele as relações de concordância.

- (58) a. Venha cá, **seu** lindo.
 b. **Seu** lindo, venha cá.
 c. *Venha cá, **seu**.
 d. ***Seu**, venha cá.
 e. Meu, venha cá.

Para além dessas especificidades, parecer-nos relevante alguns apontamentos sobre as possibilidades de preenchimento e inversão de algumas categorias gramaticais as quais podem acompanhar o item **seu** em sintagmas vocativos ou em epítetos, considerando para nossa investigação a natureza dos elementos, bem como as possibilidades de constituintes contendo nosso objeto de análise.

Como ponto de partida, consideramos estruturas vocativas compostas da seguinte forma: *sentença + vocativo* e *vocativo + epíteto*, conforme vemos nos exemplos abaixo.

- (59) a. Vamos, **sua** linda.
 b. Amiga, **sua** linda, vamos.

Dados os exemplos, é possível verificar que ao se tratar de estruturas como em (60a), há possibilidade de inversão entre os dois constituintes sem que ocorra prejuízo para a gramaticalidade da sentença, como observado em (59).

- (60) a. Vamos, **sua** linda.
 b. **Sua** linda, vamos.

Contudo, ao confrontar a estrutura mencionada (*verbo + vocativo*) com uma outra composta por *vocativo + epíteto*, verifica-se que a ordem dos constituintes não pode ser invertida em todas as posições.

(61) a. Amiga, **sua** linda.

b. ***Sua** linda, amiga.

Ressalte-se, entretanto, que isso parece se aplicar apenas às estruturas mencionadas acima, uma vez que ao ampliarmos a estrutura da sentença que contém um epíteto o deslocamento do constituinte parece ser uma possibilidade, conforme vemos abaixo.

4.2.2 A ordem da forma **seu** dentro de expressões epítetos associadas à sintagmas vocativos

Tendo em mente uma estrutura composta por: *verbo + vocativo + epíteto*, verifica-se, por meio das sentenças apresentadas em (60), a restrição apenas no que se refere ao uso da expressão epíteto no início da sentença, havendo a possibilidade do movimento deste constituinte tanto para posição final, quanto paraposição intermediária da sentença.

(62) a. Luke, **seu** lindo, venha logo.

b. Luke_i, venha logo, **seu** lindo.

c. ***Seu** lindo, venha logo, Luke.

d. Luke_i, o João vai te pegar, **seu**_i safado.

Para estes casos, há uma restrição no que tange à posição do item no início da sentença, uma vez que, conforme verificamos em (62c), há prejuízos para a gramaticalidade quando o item está localizado no início desta. Esta observação permite ampliar a discussão acerca dos limites da mobilidade do objeto na sentença, sobretudo, quando analisada a ordem na qual o termo se encontra.

À vista disso, é possível pontuar a inviabilidade da sentença quando a expressão epíteto ou o sintagma vocativo que contém a forma **seu** está localizado no início da sentença assim como apresentado em (62c) o que nos permite concluir que há mais uma restrição no que tange ao uso da forma **seu**, visto que a mesma sentença não seria agramatical ao utilizarmos o pronome possessivo *meu*.

4.3 Possibilidades de interpretação da forma *seu*

Vislumbrando os exemplos apresentados, ressaltamos que até o presente momento, nos dados analisados, não há possibilidade de leitura de posse referente ao nosso objeto. Para esta etapa, verificaremos a possibilidade de compreender o a forma *seu* como uma forma reduzida do pronome de tratamento *senhor*.

Em momentos anteriores, neste estudo, pontuamos que a interpretação do item como um pronome de tratamento também aparenta ser um impedimento para a manutenção da aceitabilidade da sentença como verificamos a seguir.

- (63) a. *Lukeⁱ, *senhor^j* lindo, venha logo.
b. *Venha logo, *senhor*lindo.

- (64) a. *Amigaⁱ, *senhora/dona* louca, nem me contou.
b. *Nem me contou, *senhora/dona* louca.

Em (63), verifica-se que permuta do nosso objeto como seu possível correspondente compromete a ideia de que a forma *seu* seria correspondente ao pronome de tratamento *senhor*, haja vista que a sentença não parece boa para a nossa língua.

Salienta-se também que em outros idiomas, a exemplo do Inglês, em que ocorre o mesmo fenômeno, a permuta por um pronome de tratamento também parece inviável. Acrescenta-se a isso o fato de o pronome de tratamento *senhor* ter um correspondente feminino que não está vinculado a uma forma reduzida *sua* como se verifica em (64).

Contudo, a compreensão da forma reduzida *seu* como uma redução do pronome de tratamento *senhor*, requer um pouco mais de observação, haja vista que essa interpretação poderia ser também visualizada em outros contextos sintáticos.

- (65) a. *Seu* Antônio, venha aqui.
b. Venha aqui, *seu* Antônio.

c. *Seu* Antônio, ***seu*** lindo, venha aqui.

Diferente do que ocorre em (63) as sentenças presentes em (65) permitem que a leitura do pronome como a forma reduzida do pronome de tratamento *senhor*. Acreditamos que esta leitura está diretamente relacionada ao elemento que acompanha o pronome, haja vista que quando a palavra posterior a ele é um substantivo próprio, a leitura de pronome de tratamento é licenciada. Diferente do que ocorre na estrutura formada pelo item ***seu*** + adjetivo.

A compreensão de que em (65) teremos a forma reduzida do pronome de tratamento nos traz a necessidade de discutir o processo de gramaticalização do pronome de tratamento *senhor*, conforme pontua Ramos e Vitral (2006), segundo os autores as formas de tratamento *senhor* e *senhora* teriam passado por um processo de gramaticalização tendo como consequência perda do conteúdo semântico e alteração do seu conteúdo gramatical. Os autores pontuam as perdas de traços formais a exemplo dos traços de [pessoa], [número] e [especificidade]. Sobre a posição sintática desses elementos os autores pontuam que:

Sua ocorrência inicialmente à direita do nome e posteriormente à esquerda nome permite supor que seu estatuto sintático seja o de modificador do nome. Já que sua ocorrência isolada, em momento posterior, permite atribuir-lhe um estatuto de núcleo nominal. (Ramos e Vitral, 2006 p. 163)

Os autores destacam ainda que, no que tange às formas morfofonologicamente reduzidas, *sô* e *sá*, a modificação do estatuto gramatical, sendo estas concebidas como pronomes, haja vista que essas formas não poderiam ser precedidas por determinantes, uma vez eles mesmo seriam determinantes. No que diz respeito às sentenças vocativas, os autores apontam apenas para o uso dessas formas reduzidas, não pontuando inicialmente o uso da forma ***seu***.

Uma particularidade sobre a forma *sô* é a sua generalização, isto é, em

função de vocativo, essa forma seria utilizada de maneira genérica, ou seja, desconsiderando o referente tal como é possível observar em (66).

(66) a. Deixa isso pra lá, sô.

Ao considerarmos essa generalização, vemos que esta não poderia se aplicar ao nosso objeto, haja vista que ele não poderia ocorrer sozinho na sentença vocativa, conforme pontuamos anteriormente neste trabalho. Acrescenta-se a isso o fato da forma *seu* estabelecer com seu referente e com o nome que o acompanha as relações morfológicas de concordância como vemos em (67) e (68).

(67) a. Para com isso, **sua** louca.
 b. *Parem com isso, **sua** loucas.
 c. Sinha Francista, a senhora jantou?
 d. Já jantou, sinha Francisca.
 e. Sinha, já jantou?
 f. *Já jantou, **sua** Francisca.

(68) a. Amigos_i, **seus**_i lindos, voltem logo.
 b. *Amigos, **seu** lindos, voltem logo.

Diante dos exemplos, inferimos que a forma **seu** não poderia ser compreendida como a redução do pronome de tratamento senhor, ao considerarmos os pressupostos apresentados por Ramos e Vitral (2006), haja vista que as relações sintáticas que o nosso objeto estabelece dentro da sentença parecem ser distintas das relações pontuadas pelos autores.

Agrega-se a isso o fato de que a forma feminina também apresentar restrições quanto aos usos, considerando-se os elementos com os quais ela se relaciona. A forma de tratamentos *sinha*, por exemplo, pode ocupar qualquer posição sintática tanto na função de pronome de tratamento quanto na função de vocativo, diferente do que ocorre com a forma **sua**.

Cabe ainda observar que a o pronomome de segunda pessoa *tu* poderia ainda ocorrer com na mesma sentença que a forma ***sua***. Contudo, o pronome tua não poderia ocorrer em substituição a forma mencionada como é possível observar nos exemplos que seguem.

- (69) a. *Sinha louca, tu já jantou?*
 b. *Tu já jantou, sinha louca?*
 c. **Tu já jantou, tua louca?*
 d. * *Tua louca, tu já jantou?*

Parece-nos oportuno pontuar, diante dos exemplos, que haveria uma coocorrência da forma ***seu*** e dos pronomes de tratamento em sua forma reduzida *senhor*, haja vista que estes podem ocupar posições nas sentenças que são inviáveis para o nosso objeto como será possível verificar em (70).

- (70) a. *Senhor, pode sentar aqui.*
 b. ****Seu***, pode sentar aqui.
 c. Pode sentar aqui, *Senhor.*
 d. * Pode sentar aqui, ***seu***.

Para além da posição na sentença, a companhia de outros pronomes também parece ser um critério diferencial entre os elementos em análise.

- (71) a. *Meu senhor, não fale tão alto.*
 b. **Meu seu, não fale tão alto.*

Diante dos exemplos apresentados e das considerações feitas, podemos elencar algumas características que são peculiares ao nosso objeto. Em primeiro plano, consideramos que a forma **seu** difere da forma possessiva, no contexto de vocativo, por inviabilizar a leitura de posse. Nesse ponto, ele se diferencia do pronome possessivo de primeira pessoa o qual mantém a leitura de posse mesmo quando inserido em um sintagma vocativo.

Outra observação diz respeito à diferença entre o vocativo e as partículas vocativas, *sô* e *pá* que são, no PB, compreendidas como a redução de elementos como *senhor e rapaz*, respectivamente, e têm a característica de ocupar o lugar do vocativo mesmo sem um elemento que as acompanhe, em detrimento ao que ocorre com o nosso objeto que por ser um clítico não pode ocorrer de maneira isolada na sentença.

A forma **seu** também pode ser caracterizada pela perda do traço de pessoa, conforme menciona Cerqueira (1996), o que corrobora para a possibilidade de rearanjos sintáticos do nosso objeto. Entretanto, a manutenção dos traços de gênero e número se mantém na mesma forma.

Agrega-se a isso o fato da forma **seu** não ocupar o mesmo lugar que a forma *tu* em sentenças vocativas, a exemplo de sentenças como a (72), rerepresentadas aqui para melhor visualizar o dado. Cabe ainda destacar que neste cenário, a forma **seu** pode coocorrer com o pronome *teu/tua*

- (72) a. *Quero te_i ver, teu_i lindo.
 b. Quero te_i ver, sua_i linda.
 c. Esse livro é teu, **seu** lindo.
 d. Esse livro é teu, **sua** linda.

Em contraponto aos exemplos acima, no que tange as relações anafóricas, vemos que em algumas estruturas vocativas não há a obrigatoriamente o caráter anafórico para a forma **seu**, sendo este mais um ponto que o distingue da forma possessiva *seu*, tal como pontuamos em (73)

- (73) a. Vamos, **sua** linda.
 b. Amigai, **sua**i linda.
 c. Amigai, vamos, sua*i* linda.

Ainda sobre os exemplos mencionados acima, as sentenças como as apresentadas em (73b), ou seja, formadas por vocativo + expressões epítetos parecem se encaixar no conceito de small clauses apresentado em Sibaldo (2009, p.56) ao afirmar que estrutura tem um aparente apagamento da cópula, haja vista que a sentença pode ser interpretada como *Amiga, você é linda*. Destaca-se, também, que esta leitura só parece ser possível na estrutura mencionada.

Cabe ainda destacar o fato inviabilidade de um artigo diante da forma **seu**, quando este está localizado em sintagmas vocativas o que se opõem ao pronome possessivo o qual permite a presença do artigo, bem como a de quantificadores como pode ser visualizado em (74)

- (74) a. Corre, **seu** lindo.
 b. *Corre, o **seu** lindo.

No que concerne à localização do vocativo na sentença é importante observar, conforme a ponta Moreira (2013), no PB, os tópicos podem ocorrer à esquerda do vocativo a mobilidade do item, principalmente, quando a sentença apresenta um elemento topicalizado, tal como é observado em (75) e (76).

- (75) **Seu**_i lindo, o livro, você_i esqueceu na biblioteca.
 (76) O livro, **seu** lindo, você esqueceu na biblioteca.

Há no PB, portanto, uma diversidade de construíntes que podem ocorrer a esquerda do vocativo. Já no que diz respeito a posição do vocativo na sentença, de acordo com Moreira (2013) quando estes estão situados em posição inicial exercem função de chamamento, contudo, se algum outro constituinte precede o vocativo este passa a ser concebido como um destinatário. Tal argumento parece estar em conformidade com os exemplos acima apresentados.

No intuito de mostrar de modo mais didático as propriedades, bem como as restrições no que tange à descrição e análise dos dados apresentados acima, as tabelas que seguem sistematizam as propriedades apresentadas pelo item **seu** e as restrições a ele relacionadas.

Quadro 01- Restrições e propriedades do item *seu*

Propriedades apresentadas	Restrições
Não é equivalente ao uso possessivo (sintática e semanticamente);	Só é possível de ser realizado em posição pré-nominal;
Não é equivalente ao uso de forma de tratamento (ex.: <i>Seu José</i>);	Não permite ser acompanhado por outros determinantes;
Não é equivalente ao uso de pronome possessivo de primeira pessoa, mesmo em uso afetivo (minha linda!);	Deve estar sempre comandado pelo epíteto com o qual estabelece correferência (*sua louca, amiga!)
Continua apresentando concordância de gênero com o nome que acompanha;	Apresenta restrições de combinação com o nome que o segue
Continua apresentando um traço gramatical de pessoa específico de segunda, compatível com a natureza da construção vocativa.	
Permite ocorrência de interjeição (ô seu lindo!)	
Pode estabelecer relação anafórica (amiga, sua louca!);	

Fonte: elaborada pela autora

No que diz respeito às propriedades dos pronomes possessivos em relação ao nosso objeto de pesquisa, a tabela que segue organiza as diferenças entre os possessivos e o nosso objeto, apontando o que diz a literatura sobre aqueles.

Quadro 02- Propriedades do item **seu** e a relação com referencial teórico

Propriedades	
Não é equivalente ao uso possessivo (sintática e semanticamente);	Não funciona como determinante mas como predicado (Corver, 2008). Os usos de possessivo funcionam como determinante (Castro, 2006).
Não é equivalente ao uso de forma de tratamento (ex.: <i>Seu</i> José);	
Continua apresentando concordância de gênero com o nome que acompanha;	A forma mantém traços gramaticais de concordância, responsáveis também pelas restrições de ocorrência na posição pronominal (Cerqueira, 1996).
Continua apresentando um traço gramatical de pessoa específico de segunda, compatível com a natureza da construção vocativa.	
Permite ocorrência de interjeição (ô seu lindo!)	Interjeição não funciona como item determinante. É uma categoria adjungida à estrutura, que não interfere na relação entre SEU e o núcleo nominal (Moreira, 2008).
Pode estabelecer relação anafórica (amiga, sua louca!);	Como item de natureza pronominal (que possui traços-phi, entre eles o de pessoa, propriedade inerente aos pronomes), pode estabelecer a correferência, dentro de domínios previstos pela teoria sintática (teoria da ligação).
Não é equivalente ao uso de pronome possessivo de primeira pessoa, ou de segunda (teu) mesmo em uso afetivo (minha linda! *teu lindo!);	Questão em aberto.

Fonte: elaborada pela autora

Já no que diz respeito às restrições apresentadas pelo item **seu**, a tabela que segue organiza tais restrições e pontua o que apresenta alguns dos estudiosos mencionados nesta tese sobre a distribuição sintática deste elemento em relação ao pronome possessivo homônimo.

Quadro 03- Restrições do item **seu** e a relação com referencial teórico

Restrições	
Só é possível de ser realizado em posição pré-nominal	Esse elemento precisa necessariamente, seguindo Cerqueira (1996), checar seus traços gramaticais de 2ª pessoa, o que explica sua possibilidade de correferência com pronomes como “te” (Eu te vi, seu lindo!).
Não permite ser acompanhado por outros determinantes	Essa restrição é observada para qualquer DP/SN em função de vocativo (bloqueio de determinantes), uma vez que não se trata de uma posição argumental. Apenas posição argumentais requerem preenchimento da posição D, seguindo Longobardi (1994).
Deve estar sempre <i>c-comandado</i> pelo epíteto com o qual estabelece correferência (*sua louca, amiga!)	É uma forma que conserva suas propriedades anafóricas, também observadas em outras línguas naturais como o italiano, o espanhol e o francês. Como anáfora, deve sempre ter seu antecedente realizado em posição mais alta. (Muller, 1997).
Apresenta restrições de combinação com o nome que o segue	Seguindo Corver (2008), os nomes que entram na constituição de vocativos avaliativos são do tipo “graduais” que, entre outras propriedades, podem ser realizados na forma N+de+N, típicas de inversão de predicado como “O idiota do João” (leitura predicativa para “idiota”). Observar que não é possível a mesma leitura para “O amigo do João” (leitura possessiva).

Fonte: elaborada pela autora

CONCLUSÕES

O paradigma pronominal do PB apresenta uma descrição eficiente das características dos pronomes entre os quais destacamos os possessivos. Embora seja eficiente, a criatividade linguística nos permite elaborar novas estruturas atribuindo usos diferentes para os elementos já descritos nos estudos linguísticos.

No que se refere ao uso dos pronomes possessivos, a ideia de posse estabelecida pela atribuição do caso ao pronome e/ou verificada morfologicamente, no PB, por meio da preposição, parece ser algo bem explicado. Contudo, quando se trata de sentenças vocativas, as explicações existentes parecem não contemplar o uso da forma **seu**.

Nossa pesquisa objetivou investigar as peculiaridades sintáticas e semânticas da forma **seu**, empregada nesse contexto sintático. Nossa inquietação parte da observação que nosso objeto, nessas sentenças, não poderia ser compreendido como pronome possessivo nos levando a investigar sua natureza.

Cabe aqui ressaltar que nosso objeto não está presente apenas no PB, posto que outras línguas a exemplo do inglês, do norueguês e do sueco também apresentarem o mesmo fenômeno no que diz respeito ao uso dessa forma no mesmo contexto sintático.

Desse modo, ao longo do trabalho, discorreremos sobre alguns pressupostos que julgamos pertinentes para desenvolver nossa análise e compreender a natureza do item. Nosso percurso nos levou, inicialmente, a questionar a classificação presente nos manuais, posto que boa parte deles não consideravam a dinamicidade de usos dos elementos linguísticos.

Ainda nesse contexto, observamos que mesmo as gramáticas que consideram os diferentes usos da forma **seu**, não explicam, significativamente, como devemos compreender esse elemento que, por vezes, é compreendido como redução da forma de tratamento *senhor*, o que pontuamos não ser viável uma vez que nos exemplos apresentados a permuta da forma **seu** pelo pronome de tratamento *senhor* causa estranhamento.

- (77) a. Venha, **seu** lindo.
b. *Venha, *senhor* lindo.

Para além da permuta da forma pelo pronome de tratamento *senhor*, observou-se também que as variações do item **seu** não admitem o pronome de tratamento correspondente, *senhora*, ou mesmo forma *dona*.

- (78) a. Quero te ver, **sua** linda.
b.* Quero te ver, *senhora* linda.

Isso posto, questionamos a compreensão de que nosso objeto pudesse ser interpretado como a forma *senhor* após o processo de gramaticalização, posto que, quando acompanhado por um substantivo próprio, temos, claramente, a leitura do item como a forma reduzida do pronome de tratamento (78). Diferente do que ocorre quando a forma **seu** é acompanhada por um adjetivo (79).

- (79) a. Venha almoçar, *seu* Antônio.
b. Venha almoçar, **seu** lindo.

Nos exemplos acima, observamos que a distribuição sintática dos elementos é a mesma e que a não houve uma mudança semântica no que tange ao exemplo (72), o que vai de encontro ao que propõe Vitral e Ramos (2006) que apresentam como aspectos que compõem o processo de gramaticalização a alterações sintáticas e semânticas.

Ademais, ao analisarmos as partículas vocativas, percebemos outra particularidade do nosso objeto, haja vista que, no PB, a partícula *sô*, compreendida como a forma reduzida do pronome *senhor*, pode ocorrer no sintagma vocativo de maneira isolada (80a), o que não ocorre com o item **seu** (80b).

- (82) a. Vamos falar com ele, *sô*.
b. *Vamos falar com ele, **seu**.

Ainda no que concerne ao contexto sintático, verificou-se que o item não permite a companhia de artigos, quantificadores ou demonstrativos, diferente do que ocorre com o pronome possessivo. Contudo, a presença das interjeições não aparenta ser um problema para a gramaticalidade da sentença.

A observação dos elementos que acompanham o item também nos apresentou algumas peculiaridades, uma vez que, inicialmente, pensamos que qualquer adjetivo poderia ocupar a posição posterior ao item, entretanto, verificou-se que há certas restrições.

Outra peculiaridade observada sobre o contexto sintático é o fato de que os pronomes possessivos de primeira pessoa utilizados no mesmo contexto sintático aparentam não restringir a natureza do elemento que aparece em posição posterior a ele. Cabe ainda destacar que, dentro do sintagma, o item **seu** não permite a inversão com o elemento que o acompanha, diferente do que ocorre com o possessivo de primeira pessoa.

No que tange às expressões epítetos as quais contém o item, foi possível verificar que há a restrição de distribuição sintática dessas apenas no início da sentença, sendo possível a sua realização no final e no meio das sentenças. Destaca-se, ainda, que no caso da mesma expressão localizada no início da sentença utilizar o pronome possessivo de primeira pessoa, sua viabilidade é incontestável,

Essas observações nos levaram investigar como os pronomes possessivos eram compreendidos na língua à luz dos estudos gerativistas, o que implicou em uma revisão de literatura sobre os pronomes possessivos. Ao nos debruçarmos sobre os estudos, observamos que boa parte deles apontavam a natureza dos pronomes possessivos em diferentes contextos sintáticos, o que nos permitiu contrastar esses elementos ao nosso objeto de análise.

Destacamos aqui a ausência de estudos que contemplem o nosso objeto no contexto sintático, recorte sobre o qual nos debruçamos. Sendo assim, a compreensão sobre os pronomes possessivos, de maneira mais ampla, passa a ser um ponto de partida para que possamos descrever e compreender a natureza do nosso objeto.

Quanto a sua natureza, parece-nos um caminho viável uma observação dos traços composicionais do item, principalmente do traço de Caso. Considerando a flexibilidade para a atribuição de caso no PB, parece viável pensar que o que ocorre com o nosso objeto é semelhante ao que ocorre com a distribuição dos pronomes nominativos, isto é, a possibilidade de uso destes em diferentes posições sintáticas.

Nesta conjuntura, o estudo sobre o caso *default* contemplaria o sincretismo que ocorre entre o pronome possessivo *seu* e o nosso objeto de análise, uma vez que a ausência da atribuição de caso explicaria a distribuição sintática do nosso objeto e a ausência de traços que o fizesse ter natureza genitiva. Desse modo, a subespecificação de traços de caso permitiria que o item ocupasse o lugar na sentença de maneira mais livre, invalidando a compressão do item como um pronome possessivo.

REFERÊNCIAS

- ADGER, D. **Funcional categories II DP**. In: Core syntax: a minimalist approach. Oxford University Press, USA, 2002. p. 200-232.
- ARRUDA, M. M. **Sintaxe em português: teoria e prática**. São Paulo: Atual, 1998.
- ALMEIDA, A.B. **Pronomes possessivos de 3a pessoa no Português Falado de São Paulo**. Manuscrito, 1993.
- ABNEY, S. **The English Noun Phrase in its Sentential Aspect**. PhD Thesis, MIT, 1987.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- _____. **Moderna Gramática Portuguesa**. Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- _____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Padrões, 1981.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. **The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the Three Classes of Pronouns**. In: VAN RIEMSDIJK, H. (Ed.). Clitics in the Languages of Europe. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999. p. 145-233.
- CASTRO, A. **On Possessives in Portuguese**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Nova de Lisboa/Université Paris 8, Lisboa, Paris.
- _____. **Possessivos e Artigo Definido Expletivo em PE e PB**. Veredas Portugal. PRAXIS XXI/BD/21603/99, 2006.
- CARVALHO, A. S. A de. **Considerations on European Portuguese Vocatives**. Comunicação apresentada no Workshop Vocative! Bamberg, 2010.
- _____. **A Estrutura Interna dos Pronomes Pessoais em Português Brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Alagoas.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 34. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- CERQUEIRA, V. C. **A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- COVER, N. **Uniformity and Diversity in the Syntax of Evaluative Vocatives**. Journal of Comparative Germanic Linguistics, v. 11, n. 1, p. 43-93, 2008.
- CUNHA, C. **Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S.A., 1971.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DIAS, A. E. da S. **Sintaxe Histórica Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

FREGE, G. **Über Sinn und Bedeutung**. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 1892. Tradução inglesa em: GEACH, P.; BLACK, M. (Eds.). *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1960.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. **The Syntax of Noun Phrases**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HILL, V. **Vocatives and the Pragmatics-Syntax Interface**. *Lingua*, v. 117, p. 2077-2105, 2007.

HILL, V.; STAVROU, M. **Vocatives: How Syntax Meets with Pragmatics**. Brill: Ohio, 2013. (*Empirical Approaches to Linguistic Theory*).

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HORNSTEIN, N. **Move! A Minimalist Theory of Construal**. Malden: Blackwell, 2005.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira**. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

LYONS, J. **O Gerativismo**. In: *Lingua(gem) e Linguística: uma introdução*. Tradução Marilda Winkler Averborg. Rio de Janeiro: LCT Editora, 1981. p. 169-175.

MACAMBIRA, J. R. **A Estrutura Morfo-Sintática do Português**. São Paulo: Pioneira, 1974.

MARQUES, M. L. B.; M. G. **Os Bordões do Português Falado Contemporâneo: Análise de Dois Exemplos: “não é” e “pá”**. 367f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa) — Centro de Linguística, Universidade de Lisboa, 1993.

MCFADDEN, T. **Adventures in Resolving Redundancy: Case vs. EPP**. In: *Proceedings of the 26th Penn Linguistics Colloquium*. University of Pennsylvania, 2002.

_____. **The Position of Morphological Case in the Derivation: A Study on the Syntax-Morphology Interface**. PhD Dissertation, University of Pennsylvania, 2004.

_____. **Default Case and the Status of Compound Categories in Distributed Morphology**. Ms., 2007.

MATEUS, M. H. **Portuguese Phonology**: Phonology and Phonetics in the Romance Languages. 2003.

MELO, G. C. de. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1978.

MOREIRA, J. C. **O Vocativo no Português Brasileiro nos Séculos XIX e XX**: um Estudo de Mudança Linguística. 2008. 108 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. **O Vocativo e a Interface Sintaxe-Pragmática no Português Brasileiro**. 2013. 151 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. **O Vocativo no Português Brasileiro**: uma Unidade à Parte? Estudos Linguísticos e Literários, n. 57, jul-dez, 2017. pp. 319-340.

MORO, A. **Notes on Vocative Case**: a Case Structure in Clause Structure. In: QUER, J. et al. (Eds.). *Romance Languages and Linguistic Theory*, 2001. JohnBenjamins, Amsterdam, p. 247-261.

MÜLLER, A. N. P. **A Gramática das Formas Possessivas no Português do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1997.

_____. **Pronomes e Anáforas** – O Estado da Arte. 2000. Disponível em: <http://linguistica.fflch.usp.br/sites/linguistica.fflch.usp.br/files/u87/Pronomes%20e%20Anafora.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MUNDIM, S. S. de M. **Formas de Tratamento e Vocativos no Rio de Janeiro**. 1981. 80 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, A. F. **Análise Prosódica do Vocativo na Fala de Criança**: uma Abordagem Fonética. 2000. 75 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NEVES, M. H. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Unesp, 2011.

NEWYER, F. J. **Language Form and Language Function**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

OSENOVA, P.; SIMOV, K. I. **Bulgarian Vocative within HPSG Framework**. In: *Proceedings of the 9th International Conference on Head-Driven Phrase Structure Grammar (HPSG)*, Kyung Hee University, Seoul, South Korea, p. 94-100, 2002.

ROBERTS, I. **Diachronic Syntax**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. ROBERTS, I.; ROUSSOU, A. **Syntactic Change: a Minimalist Approach to Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RAMOS, J. M. **Interjeições e Gramaticalização**: Nól e Nossa Senhora! no Dialeto Mineiro. In: VITRAL, L. T.; COELHO, S. M. (Orgs.). Estudos de Processos de Gramaticalização em Português: Metodologias e Aplicações. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. v. 1.

REINHART, T. **Anaphora and Semantic Interpretation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

REINHART, T.; REULAND, E. **Reflexivity**. *Linguistic Inquiry*, v. 24, n. 4, p. 657-720, 1993.

SCHORLEMMER, M. **Possessors, articles and definiteness**. In: ALEXIADOU, A.; WILDER, C. (Eds.). Possessors, predicates and movement in the determiner phrase. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998. p. 55-86.

SZABOLCSI, A. **The Possessive Construction in Hungarian**: A Configurational Category in a Non-Configurational Language. *Linguistic Inquiry*, v. 14, n. 4, p. 607-635, 1983.

SZABOLCSI, A. **The Possessive Construction in Hungarian**: A Configurational Category in a Non-Configurational Language II. In: BRESNAN, J. (Ed.). *The Mental Representation of Grammatical Relations*. MIT Press, 1984.

TRAUGOTT, E. C.; HOPPER, P. J. **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VITRAL, L.; RAMOS, J. **Gramaticalização**: uma abordagem formal. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Tempo Brasileiro/Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.